



Departamento de Sociologia

Estatutos de trabalho das famílias agrícolas portuguesas
de 1990 a 2010

Maria do Rosário dos Santos Garcia Gomes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Ciências do Trabalho e Relações Laborais

Orientadora:

Doutora Aida Maria Valadas de Lima Pinto Guizo, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014

Ao António e ao João

Resumo

Este estudo tem por objetivo apurar os estatutos de trabalho das famílias agrícolas em Portugal de 1990 a 2010. Procura-se ainda identificar a existência de subocupação e o papel da pluriatividade e da multifuncionalidade como estratégias de subsistência das explorações agrícolas familiares. A orientação metodológica assenta na análise de dados secundários. A estratégia de investigação consiste na pesquisa bibliográfica sobre o tema da ocupação e atividades agrícolas da população agrícola familiar, seguida pela pesquisa e análise efetuada à base de dados estatísticos do INE, com particular ênfase nos Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009. As estatísticas mostram que a população agrícola familiar diminuiu consideravelmente ao longo do período de 1990 a 2010. Os Recenseamentos Agrícolas revelaram a existência de duas perspetivas na identificação dos principais estatutos de trabalho da população agrícola familiar: a perspetiva que identifica o exercício de atividade agrícola a tempo completo e a tempo parcial, onde se constatou a existência de uma percentagem não despreciable de população para a qual não é possível determinar a ocupação de tempo e que poderá ocultar subocupação, e a perspetiva da situação na profissão, exterior à profissão agrícola. Esta última subdivide-se em quatro grupos: o Trabalhador por Conta Própria, o Patrão / Empregador, o Trabalhador por Conta de Outrem e o Trabalhador Familiar Remunerado. Os dados apontam para a existência de pluriatividade como lógica familiar fundamental para a subsistência das explorações agrícolas familiares mas não apontam para a importância de estratégias de subsistência familiar ancoradas na multifuncionalidade.

Palavras-chave:

Estatutos de trabalho; família agrícola; população agrícola familiar; pluriatividade; multifuncionalidade

Abstract

This study aims to determine the statutes of work for agricultural families in Portugal from 1990 to 2010. It seeks to further identify the existence of underemployment and the role of pluriactivity and multifunctionality in livelihood strategies of family farms. The methodological orientation is based on secondary data analysis. The research strategy consists in the study of literature on the topic of occupation and agricultural activities of family farming population, followed by research and analysis carried out on the basis of statistical data of the INE, with particular emphasis on the Agricultural Census 1989, 1999 and 2009. The statistics show that family farming population has decreased considerably over the period 1990 to 2010. The agricultural Census revealed the existence of two perspectives in identifying key statutes of work in family agricultural community: a perspective that identifies the exercise of farming full time and part-time, which demonstrated the existence of a non-negligible percentage of the population for which it is not possible to determine the occupation of time and that can hide underemployment, and the prospect of working status, outside the agricultural profession. The latter is subdivided into four groups: Self Employed Worker, the Foreman / Employer, Worker for Others and the Paid Family Worker. The data point to the existence of pluriactivity among families as a fundamental logic to the livelihood of family farms but do not point to the importance of family subsistence strategies anchored in multifunctionality.

Keywords:

Statutes of work; agricultural family; family farm population; pluriativity; multifunctionality

Índice

Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice de Quadros.....	vi
Índice de Figuras	vii
Glossário de siglas.....	ix
Introdução	1
Capítulo I: Os estatutos de trabalho das famílias agrícolas – revisão da literatura	3
Capítulo II: Caracterização da população agrícola familiar	13
2.1 Enquadramento histórico da população agrícola familiar	13
2.2 O universo da População Agrícola Familiar	16
2.3 A População Agrícola Familiar por Sexo	17
2.4 A População Agrícola Familiar segundo a Relação de Parentesco	18
2.5 A População Agrícola Familiar por Estrato Etário	18
2.6 A População Agrícola Familiar por Níveis de Escolaridade	20
2.7 Principais conclusões.....	22
Capítulo III: Estatutos de trabalho da população agrícola familiar	23
3.1 O tempo despendido na atividade agrícola	23
3.2 Atividade Remunerada Exterior à Exploração Agrícola.....	26
3.3 As explorações agrícolas e as fontes de rendimento – pluriatividade e multifuncionalidade	29
3.4 A Continuidade na Atividade Agrícola dos Produtores Agrícolas Singulares.....	32
3.5 Os estatutos de trabalho da população agrícola familiar	33
Conclusão	38
Fontes	41
Bibliografia	42
Anexo A – Metainformação dos indicadores: Conceitos e fórmulas de cálculo.....	I
Anexo B – Quadros.....	IV

Anexo C – Figuras	VIII
Curriculum Vitae.....	XVI

Índice de Quadros

Quadro 2.1 – Explorações Agrícolas por SAU – repartição por tipo e por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	IV
Quadro 2.2 – População Agrícola Familiar total por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	IV
Quadro 2.3 – Proporção da população agrícola familiar relativamente à população residente por relação de parentesco e por NUTS II em 1999 e 2009.....	IV
Quadro 2.4 – População agrícola familiar por sexo e NUTS II em 2009.....	IV
Quadro 2.5 – Evolução decenal da população agrícola Familiar por sexo e NUTS II de 1989 a 2009.....	V
Quadro 2.6 - Evolução decenal da população agrícola Familiar por relação de parentesco e NUTS II de 1989 a 2009.....	V
Quadro 2.7 - Evolução decenal da população agrícola Familiar por estrato etário e NUTS II de 1989 a 2009.....	V
Quadro 3.1 – Tempo de atividade agrícola dos produtores singulares em proporção e por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	V
Quadro 3.2 – Volume de trabalho total em UTA da população agrícola familiar por relação de parentesco e NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	VI
Quadro 3.3 – UTAs médias por exploração agrícola e por NUTS II em 1989, 1999 e 2009..	VI
Quadro 3.4 – Número médio de pessoas por exploração agrícola familiar por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	VI
Quadro 3.5 – UTAs médias por indivíduo por relação de parentesco e NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	VII
Quadro 3.6 - População Agrícola Familiar com atividade remunerada exterior à exploração agrícola por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	VII
Quadro 3.7 – Proporção das explorações agrícolas com atividades não agrícolas lucrativas por NUTS II em 1999 e 2009.....	VII
Quadro 3.8 – Proporção das explorações agrícolas com implementação e manutenção de elementos de paisagem por tipo de elemento e NUTS II em 2009.....	VII
Quadro 3.9 – Principais estatutos de trabalho da população agrícola familiar (ocupação a tempo completo e a tempo parcial), em milhares de pessoas e por peso percentual.....	35
Quadro 3.10 – Estatutos de trabalho da população agrícola familiar (situação na profissão – exterior à exploração agrícola), em milhares de pessoas e por peso percentual.....	37

Índice de Figuras

Figura 2.1 – Proporção de explorações agrícolas por natureza jurídica em 1989, 1999 e 2009.....	VIII
Figura 2.2 – Evolução das explorações agrícolas por natureza jurídica por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	VIII
Figura 2.3 – Proporção do número de explorações agrícolas sa da SAU por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	VIII
Figura 2.4 – Evolução da população agrícola familiar de 1989 a 2009.....	VIII
Figura 2.5 – Comparação da população agrícola familiar com a população ativa total em 1999 e 2009.....	IX
Figura 2.6 – Proporção da população agrícola familiar por sexo em 1989, 1999 e 2009.....	IX
Figura 2.7 - Proporção da população agrícola familiar por relação de parentesco em 1989, 1999 e 2009.....	IX
Figura 2.8 – Evolução e proporção da população agrícola familiar por estrato etário em 1989, 1999 e 2009.....	IX
Figura 2.9 - Proporção da população agrícola familiar por estrato etário e relação de parentesco em 1989, 1999 e 2009.....	X
Figura 2.10 – Evolução da população agrícola familiar por sexo e por estrato etário de 1989 a 2009.....	X
Figura 2.11 – Proporção da população agrícola familiar por níveis de escolaridade e por relação de parentesco em 1989, 1999 e 2009.....	XI
Figura 2.12 – Proporção da população agrícola familiar por escolaridade e por sexo em 1989, 1999 e 2009.....	XI
Figura 2.13 – Evolução e proporção da formação agrícola em horas do produtor e por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	XI
Figura 3.1 – Proporção e evolução do tempo de atividade agrícola dos produtores por NUTS II em 1989, 1999 e 2009.....	XII
Figura 3.2 – Proporção das UTAs por mão de obra agrícola familiar e não familiar em 1989, 1999 e 2009.....	XII
Figura 3.3 – Evolução das UTAs por NUTS II de 1989 a 2009.....	XII
Figura 3.4 – Proporção das UTAs por relação de parentesco em 1989, 1999 e 2009.....	XII
Figura 3.5 – Proporção da população agrícola familiar com atividades remuneradas exteriores à exploração em 1989, 1999 e 2009.....	XII
Figura 3.6 – Evolução e proporção da situação na profissão da população agrícola familiar em 1989 e 1999.....	XIII

Figura 3.7 - Comparação da situação na profissão da população agrícola familiar por estrato etário em 1989 e 1999.....	XIV
Figura 3.8 – Proporção geral das explorações agrícolas por classe de dimensão económica e fonte de rendimento em 2009.....	XIV
Figura 3.9 - Proporção das explorações agrícolas por classe de dimensão económica e fonte de rendimento em 2009.....	XIV
Figura 3.10 – Proporção da importância dos subsídios no rendimento dos produtores agrícolas singulares por grupo etário em 2009.....	XIV
Figura 3.11 – Proporção de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 1999 e 2009.....	XV
Figura 3.12 – Proporção da população agrícola familiar na continuidade na atividade por estrato etário em 2009.....	XV
Figura 3.13 - Proporção da população agrícola familiar por razões de continuidade na atividade por estrato etário em 2009.....	XV
Figura 3.14 - Proporção da população agrícola familiar por razões de continuidade na atividade por NUTS II em 2009.....	XV

Glossário de siglas

CEE – Comunidade Económica Europeia;

INE – Instituto Nacional de Estatística;

NUTS I - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, que dividiu o país em 3 sub-regiões: Continente, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores;

NUTS II – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, que dividiu o país em 7 sub-regiões: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores;

PAC – Política Agrícola Comum;

SAU – Superfície Agrícola Utilizada;

UE – União Europeia;

UTA – Unidade de Trabalho Agrícola.

Introdução

De acordo com o Recenseamento Agrícola de 2009 do INE, as explorações agrícolas ocupavam em Portugal cerca de metade da área geográfica do país.¹ No mesmo ano, o volume de mão-de-obra agrícola era assegurada em cerca de 80% pela população agrícola familiar, sendo este conceito definido pelo INE como o que “corresponde ao trabalho efetivamente aplicado na produção de produtos agrícolas e das atividades não agrícolas não separáveis das unidades agrícolas que compõem o Ramo. Por definição, pode ser dividido em Assalariado e Não-assalariado, e é expresso em unidades de trabalho ano (UTA), correspondendo estas à prestação, medida em tempo de trabalho, de uma pessoa que efetua, a tempo inteiro e durante todo o ano, atividades agrícolas numa unidade agrícola.”²

Os Recenseamentos Agrícolas decenais do INE mostram que, nas últimas décadas, o número de explorações agrícolas tem vindo a decrescer. Patrício, Lima e Sampaio (1996) referiram que a população agrícola portuguesa está a decrescer desde meados do século XX. Representando mais de 50% da população ativa na década de 50, em 1991 a população agrícola representa apenas aproximadamente 17% do total da população ativa portuguesa, justificando-se este decréscimo pela deslocação da população ativa agrícola para outros setores de atividade em Portugal e pela emigração para outros países.

A relevância social da agricultura em Portugal e a variedade das modalidades de trabalho familiar na agricultura, onde o trabalhador agrícola divide o seu tempo de atividade laboral entre atividades agrícolas e outras atividades remuneradas, suscitaram-nos o interesse pelo estudo dos estatutos de trabalho das famílias agrícolas portuguesas. Este estudo incidirá sobre o período de 1990 a 2010, abrangendo duas décadas e três Recenseamentos Agrícolas do INE (1989, 1999 e 2009).

¹ INE, Recenseamento Agrícola 2009, Dados Preliminares, 15 de dezembro de 2010.

² Conceito n.º 5019 (VMOA), vigente desde 2005, publicado em <http://smi.ine.pt/ConceitoPorTema> segundo o Manual de Contas Económicas da Agricultura e Silvicultura CEA/CES 97 (Rev. 1.1), Eurostat, 2001.

A pergunta de partida da investigação consiste na identificação dos vários estatutos de trabalho praticados pela população agrícola familiar, com as seguintes hipóteses de investigação:

- 1) A existência de subocupação na população agrícola familiar no período de 1990 a 2010.
- 2) A pluriatividade e a multifuncionalidade têm vindo a representar de forma crescente um papel significativo para as famílias agrícolas no período de 1990 a 2010, apresentando-se como estratégias de maximização de rendimentos e de subsistência das explorações agrícolas familiares.

Este estudo organizar-se-á da seguinte forma:

- Capítulo 1: Os estatutos de trabalho das famílias agrícolas – revisão da literatura
- Capítulo 2: Caracterização da população agrícola familiar
- Capítulo 3: Estatutos de trabalho da população agrícola familiar
- Conclusão

A orientação metodológica assentou em pesquisa empírica a dados secundários, teoricamente orientada, recorrendo a um nível de análise macro. A estratégia de investigação consistiu na pesquisa bibliográfica sobre o tema da ocupação e atividades agrícolas prestadas pela população agrícola familiar, após o que se efetuou uma pesquisa extensiva à base de dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística, com particular ênfase nos Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009.

Capítulo I: Os estatutos de trabalho das famílias agrícolas – revisão da literatura

A definição de trabalho pode ser muito abrangente. Variando consoante a perspetiva pela qual é abordado, o conceito de trabalho é objeto de várias disciplinas científicas, podendo ser abordado de diversas formas, «tratando quer das diferentes e por vezes contraditórias facetas que ele encerra quer da maneira como tem sido ou pode ser analisado pelo pensamento científico quer ainda pelo modo como é visto pelos valores e juízos dominantes nas sociedades, variando de lugar para lugar e com o decorrer dos tempos [...]» (Freire, 1993:14).

Para Barros e Mendes (1983:67), «[...]o trabalho fundamenta categorias específicas da repartição do produto social». Reportando-se especificamente a trabalho agrícola, os autores relevam a complexidade deste tipo de trabalho, referindo que «[...]O trabalho agrícola só parcialmente fundamenta categorias de repartição do produto, na medida em que a “empresa” camponesa não opera a diferenciação entre as remunerações do trabalho, do capital e da propriedade fundiária», resultando este princípio da «[...]indissociabilidade das economias domésticas e da “empresa” camponesas» (Barros e Mendes, 1983:68). A questão confere ao trabalho agrícola uma dimensão que o diferencia do conceito de trabalho quando aplicado aos setores de atividade industrial e de serviços e cuja complexidade lhe confere importância de análise. Ao analisarem os estatutos de trabalho na família agrícola, os autores acima citados chamam a atenção para a indissociabilidade entre a economia doméstica e a atividade agrícola de carácter mercantil, questão que deve ser abordada com cautela na análise dos dados estatísticos, atendendo à dificuldade de dissociação das horas de trabalho agrícola despendidas com finalidades de economia de mercado ou de economia doméstica. Para efeitos deste estudo importa então esclarecer alguns conceitos a utilizar, sendo aplicados os conceitos definidos pelo INE³:

- 1) **Trabalhos agrícolas** - todos os trabalhos efetuados para a exploração agrícola que contribuem para a produção dos produtos agrícolas⁴;

³ Os conceitos referidos estão publicados no sítio do INE e podem ser consultados no endereço <http://smi.ine.pt/ConceitoPorTema>.

⁴ Conceito n.º 809, vigente desde 1994, enquadrado no Regulamento (CE) nº 1444/02 de 24 de julho de 2002 - Anexo 1 - JO L 216 de 12-08-2002.

- 2) **Agricultor** - entidade singular ou coletiva que exerça uma atividade agrícola, com ou sem recurso a trabalho assalariado e utilizando fatores de produção próprios e/ou de terceiros⁵;
- 3) **Empresa familiar agrícola** - a empresa em que a mão-de-obra agrícola fornecida pelo produtor agrícola e pelos membros do seu agregado familiar, que não recebem salário, representa cerca de 75% ou mais de toda a mão-de-obra agrícola utilizada na exploração. Este conceito foi posteriormente complementado com o conceito de **mão-de-obra familiar**, que define as “pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que não pertencendo ao seu agregado doméstico trabalham regularmente na exploração”⁶;
- 4) **População agrícola familiar** - conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração⁷;
- 5) **Agregado doméstico do produtor agrícola** - conjunto de pessoas que vivem habitualmente em comunhão de mesa e de habitação ou em economia comum, ligados por relação familiar jurídica ou de facto. Inclui as pessoas que não sendo parentes vivem, no entanto, com o produtor e o empregado que não execute trabalho agrícola e que viva no alojamento do produtor. Exclui o assalariado agrícola que, não sendo parente do produtor, viva no seu alojamento⁸.

Segundo Barros e Mendes (1983), uma das três formas de produção no setor agrícola, nas quais se configuram diferentes modos de realização e organização do trabalho, é a agricultura parcelária de natureza familiar, a qual dá origem ao trabalho não remunerado ou familiar. Para se compreender os estatutos de trabalho na agricultura familiar é necessário ter em conta as situações de trabalho híbridas, em que o trabalhador agrícola desempenha igualmente atividades nos setores da indústria ou dos serviços, pois só assim se poderá aferir a dimensão do trabalho familiar na agricultura.

⁵ Conceito n.º 4908, vigente desde 2005.

⁶ Conceito n.º 5505, vigente desde 2005, segundo o Regulamento (CE) nº 1444/02 de 24 de julho de 2002 - Anexo 1 - JO L 216 de 12-08-2002.

⁷ Conceito n.º 747, vigente desde 1994, enquadrado no Regulamento (CE) nº 1444/02 de 24 de julho de 2002 - Anexo 1 - JO L 216 de 12-08-2002.

⁸ Conceito n.º 570, vigente desde 1994.

Barros (1981) havia já anteriormente identificado três modalidades distintas nas relações sociais de produção agrícola: a agricultura familiar, a semifamiliar e a patronal. De acordo com o autor a composição e natureza do agregado doméstico condicionam fortemente o modo de exploração agrícola, pois poderão promover comportamentos de imobilismo ou de mudança. Por exemplo, as famílias agrícolas jovens poderão adotar dois tipos de comportamento: o de imobilismo, se decidirem abandonar a exploração agrícola e procurarem trabalho noutras atividades, ou o comportamento de mudança, se apostarem na continuidade da exploração agrícola exclusivamente com base no trabalho familiar, podendo fazê-la expandir-se ou transformar-se. Num outro exemplo, as famílias agrícolas envelhecidas poderão seguir um comportamento de mudança se decidirem prosseguir com a exploração agrícola recorrendo a trabalho assalariado ou, em alternativa, podem adotar um comportamento de imobilismo e abandonarem a atividade agrícola, assegurando a subsistência da família com rendimentos de apoio social.

Como já foi referido na introdução, Patrício, Lima e Sampaio (1996) identificaram que a população agrícola portuguesa está em decréscimo desde meados do século XX. O decréscimo da população agrícola justifica-se pelo abandono gradual das tarefas agrícolas, por parte da população ativa agrícola, em benefício de atividades mais bem remuneradas noutros setores de atividade ou, ainda, pela emigração. No mesmo período de tempo, a evolução da estrutura das explorações agrícolas aponta para o aumento de importância das explorações agrícolas familiares e para um maior número de explorações de dimensão pequena ou muito pequena, em detrimento das explorações de dimensão média.

Em finais da década de noventa, Roca e Leitão (2005:7) identificaram a mesma tendência de decréscimo da população agrícola familiar, que, nas palavras dos autores «[...]se dedicava à agricultura tanto a tempo parcial como a tempo inteiro a par com a predominância de agregados familiares que viviam de rendimentos exteriores à exploração mas que provinham mais de reformas, pensões ou remessas do que de uma atividade económica uma vez que a população agrícola na sua maioria já estava acentuadamente envelhecida.»

O envelhecimento das populações agrícolas não é contudo um fenómeno exclusivo de Portugal. Kasimis (2010) refere que, atualmente, diversos países dos Estados Membros Europeus, dos quais se destacam a Espanha e a França pela proximidade geográfica a Portugal, apresentam graves desequilíbrios populacionais, evidenciados pelo envelhecimento da população agrícola, que se traduz em elevadas taxas de população

acima dos 65 anos (18% a 22%, valores que estão acima da média da União Europeia, que era de 17%, de acordo com dados da Comissão Europeia publicados em 2006) e em reduzidas taxas de população infantil (0-15 anos) e de jovens adultos (15-24 anos), realidade que se revela atualmente como uma preocupação para a garantia da sustentabilidade económica e social das zonas rurais.

Almeida (2004) identifica como principal fator do abandono do trabalho agrícola por parte da população agrícola ativa, os constrangimentos económicos associados a remunerações insuficientes para garantir um padrão de vida aceitável às famílias. Esta tendência de abandono do trabalho agrícola manifesta-se claramente a partir dos anos 60 com o êxodo das populações rurais para as cidades e para a emigração, em busca de melhor qualidade de vida. Baptista (1994) corrobora esta opinião e menciona uma outra circunstância que contribuiu para o êxodo rural dos anos 60: os últimos 20 anos do Estado Novo em Portugal foram palco de um conflito de interesses entre os investidores das grandes unidades agrícolas e os grupos que defendiam a crescente industrialização do país. A tentativa destes últimos de levar a cabo o condicionamento da agricultura às necessidades da máquina produtiva industrial originou uma situação de conflitualidade latente e conduziu à desarticulação entre os setores agrícola e industrial, que teve consequências diretas na população agrícola. Assim, de acordo com Baptista (1994), o êxodo rural dos anos 60 deveu-se aos seguintes fatores:

- 1- O aumento da procura de mão-de-obra por parte dos setores industrial e de serviços, tendo a população agrícola aderido a esta procura.
- 2- O aumento do subemprego no setor agrícola, devido à crescente industrialização das empresas agrícolas.
- 3- A abertura das fronteiras à possibilidade de emigração, que deu origem a um movimento de emigração da população ativa agrícola, em busca de melhores remunerações e de melhores condições de vida.

Também Amaral (1994) enfatiza o abandono do trabalho no setor agrícola e a emigração, como tendo sido os caminhos seguidos por um número crescente de trabalhadores agrícolas que, de outro modo, enfrentariam o aumento do subemprego como resultado de um processo incompleto de modernização do setor agrícola em Portugal.

Paralelamente, ganha notoriedade o fenómeno da “feminização” da agricultura. Barros e Mendes (1983) identificaram uma crescente participação das mulheres nas atividades agrícolas, associando este facto ao crescimento da participação dos trabalhadores

familiares na população agrícola. Wall (1986) e Rodrigo (1986) identificaram também, em diferentes contextos socioeconômicos, uma crescente participação das mulheres na população ativa agrícola. De acordo com Rodrigo (1986), embora a análise da informação estatística contida nos censos do INE⁹ evidencie um crescente envolvimento da mão-de-obra feminina na agricultura, quer em termos absolutos, quer proporcionalmente à mão-de-obra masculina, em Portugal tem sido sobretudo nas categorias de “isolados” e “trabalhadores familiares não remunerados” que aquela tendência mais se tem vindo a acentuar. Uma vez que a estas categorias corresponde a grande maioria da população envolvida no setor da agricultura familiar, pode-se deduzir que tem sido essencialmente aqui que o processo de “feminização” mais se evidencia. A divisão do trabalho agrícola entre homens e mulheres revela-se não só um princípio de organização social da família, mas também uma estratégia fundamental de ligação à terra como unidade familiar de produção agrícola (Rodrigo, 1986). Em síntese, para se compreender a agricultura familiar e as respetivas modalidades de trabalho em Portugal, torna-se necessário efetuar uma análise das lógicas familiares e produtivas da população agrícola familiar.

Seguindo a mesma linha de investigação relativamente ao fenómeno da feminização, Wall (1986) refere que a estrutura agrária revela, com todas as transformações sofridas, uma forte persistência de uma economia camponesa baseada na família e na pequena propriedade. O estudo da dinâmica familiar e, em particular, da divisão sexual do trabalho, parece tanto mais importante quanto se tem observado um aumento das situações de campesinato parcial (em que um ou vários membros da família, geralmente os homens, trabalham como assalariados no exterior da exploração agrícola), o que obriga à participação mais ativa das mulheres na produção agrícola, resultando numa maior feminização da população ativa agrícola.

Nobre (2005) identifica a divisão sexual no trabalho agrícola, destacando as múltiplas vertentes das relações entre gerações na família agrícola e descrevendo e comparando as atividades de trabalho diárias em dois agregados familiares, compostos por um casal idoso e por um casal mais jovem. A autora destaca a divisão sexual de trabalho entre o casal, onde compete ao homem executar as tarefas agrícolas mais pesadas, cabendo à mulher laborar quotidianamente numa carga horária mais alargada que a do homem.

⁹ Em 1960 a taxa de feminização da população agrícola é de 28%, crescendo para 40% em 1970, 48% em 1974 e 51% em 1979 (Barros e Mendes, 1983).

Identificam-se, assim, alguns fatores a tomar em linha de conta na análise dos estatutos de trabalho agrícola: o envelhecimento das populações agrícolas, a feminização da família agrícola, o possível aumento do subemprego ou da subocupação entre a população ativa agrícola, a existência de lógicas familiares de pluriatividade e a importância da obtenção de apoios sociais e de remessas dos emigrantes no modo de produção das explorações agrícolas.

Lima (1986), ao proceder à delimitação e quantificação da agricultura a tempo parcial em Portugal, com base nos dados do INE referentes ao Recenseamento Agrícola do Continente de 1979, mostrou a existência de agricultura de pluriatividade, maioritariamente praticada pelos chefes das explorações agrícolas, que, deste modo, complementavam os rendimentos derivados do trabalho agrícola nas suas explorações com rendimentos adicionais de trabalho agrícola prestado em benefício de outras explorações ou em atividades, de carácter não agrícola, prestadas para outras entidades.

Barros e Mendes (1983:58) identificam a existência predominante da pluriatividade em Portugal, nomeadamente na agricultura de tipo familiar onde «[...] ao mesmo tempo que ganham expressão setores de carácter mercantil, mantêm-se largas faixas de natureza tradicional voltadas para a subsistência e, paralelamente, alastra o fenómeno da pluriatividade». Os autores fazem referência também ao fenómeno do plurirrendimento, derivado da obtenção de apoios sociais, que garante a muitas famílias agrícolas a possibilidade de subsistência, permitindo-lhes continuar a trabalhar em atividades agrícolas nas suas explorações, sem que tenham de recorrer à pluriatividade. Para os autores, os rendimentos advindos de apoios sociais associados ao envelhecimento da população agrícola portuguesa, assim como a obtenção de remessas dos emigrantes, configuram um estatuto de trabalho pouco nítido, identificando Barros e Mendes (1983:76) uma «[...] figura social híbrida, cujo estatuto de trabalho perde nitidez.»

Abordando uma outra vertente da pluriatividade, Lima (1990:59) identificou a importância desta realidade na agricultura como sistema socioeconómico de vida, ou seja, trata-se de «[...] estratégias familiares de maximização da força de trabalho familiar, que remetem para a questão da pluriatividade ligada à agricultura e/ou ao trabalho a domicílio.»

Por sua vez, Carmo (2002) analisa as modalidades de agricultura familiar em Portugal, identificando continuidades sociais e culturais entre os modos de organização das famílias agrícolas portuguesas, sejam os modos tradicionais ou modernos. As dualidades que caracterizam a agrícola portuguesa, consoante a sua localização geográfica, ofuscam os

elementos comuns nas lógicas de organização das famílias agrícolas portuguesas. De acordo com o autor, «[...]pode-se estabelecer uma certa continuidade entre a forma de organização da família camponesa tradicional, que à medida das possibilidades conseguia diversificar as atividades agrícolas entre os elementos do seu agregado, e as famílias de campesinato parcial que, devido à modernização, podem auferir de diferentes fontes de rendimento resultantes da atividade em diversos sectores não agrícolas.» (Carmo, 2002:301). O autor identifica ainda uma outra característica de continuidade a nível nacional, originada pela modernização e mecanização da agricultura, que conduziram ao decréscimo da procura de trabalho agrícola, acentuando o peso dos agricultores autónomos que recorrem essencialmente ao trabalho familiar para o desempenho das atividades necessárias à subsistência da sua exploração agrícola. Esta ideia havia já sido referida por Alves (1994) que, ao analisar os dados do Recenseamento Agrícola de 1989, concluiu que o tipo de exploração agrícola dominante em Portugal era a exploração agrícola do agricultor autónomo, a qual representava à data 95% das explorações agrícolas, contando-se a população agrícola familiar em cerca de 1,8 milhões de pessoas, o que em zonas como o Interior Norte do país, representava mais de metade da população residente.

Covas e Covas (2008:15) mencionam a existência de uma relação de interdependência entre a pluriatividade, o plurirrendimento e a multifuncionalidade, adiantando que, no futuro, nas regiões agrícolas, será a estratégia familiar a prevalecer, face à estratégia empresarial. Para os autores, «[...] a presença da economia familiar é determinante, seja por via da força de trabalho, da pluriatividade ou do plurirrendimento», ou seja, a lógica familiar deverá agir como catalisador do desenvolvimento da multifuncionalidade. Os autores caracterizam a multifuncionalidade agrícola pela sua diversidade regional, fator que levará o crescimento económico futuro a assentar mais na produtividade do que no emprego, conduzindo à flexibilização dos mercados locais de trabalho. Assim, «[...] as atividades de conservação, recreação e lazer e serviços agrorurais, sendo atividades menos capital-intensivas, permitirão novas e mais diversificadas estratégias familiares multifuncionais. Isto quer dizer que serão possíveis e desejáveis várias estratégias familiares, umas mais especializadas e outras mais multifuncionais, ambas a exigirem recursos familiares mais polivalentes e pendulares, seja nos hábitos de trabalho, nas ocupações profissionais, nos perfis formativos ou, mesmo, na formação de modelos familiares menos convencionais” (Covas e Covas, 2008:14).

Covas (2005) prevê ainda que, na década de 2010, o desenvolvimento de uma corrente de agricultura multifuncional, formada por unidades de pequena dimensão de atividade

diversificada, venha a substituir lentamente a corrente de agricultura monofuncional em declínio, praticada pelas grandes unidades produtivas especializadas e organizadas para fazerem face à procura do setor industrial.

Para Van Huylenbroek (2007), a multifuncionalidade é um fenómeno de grande complexidade, cuja existência pode ser identificada através de quatro fatores, referidos por diversos investigadores¹⁰, que definem os contornos da existência da multifuncionalidade em regiões rurais:

- 1) A gestão paisagística;
- 2) A gestão das reservas hidráulicas;
- 3) A importância do papel desempenhado pelos agricultores na preservação da herança cultural das zonas em que as suas explorações agrícolas se inserem;
- 4) A qualidade da produção alimentar.

A conjugação destes quatro fatores exige a existência de associativismo e de coordenação entre os agricultores, assim como o apoio da administração pública, para se levar a cabo ações concertadas que resultem na harmonia e sustentabilidade dos ambientes rurais, o que poderá ser viável para as famílias rurais no âmbito dos apoios comunitários.

Para Baptista (1994), a PAC, na configuração disponível à data da sua primeira aplicação no setor agrícola português, não surtiu um efeito positivo em Portugal, dado que a produção agrícola nacional se caracterizava pela existência de sistemas produtivos tradicionais virados para a subsistência das populações e dos quais resultava uma baixa rentabilidade económica. Esta observação foi também corroborada por Silva (2000) que identificou o agravamento das fragilidades estruturais da agricultura portuguesa com a entrada de Portugal na Europa Comunitária. A aplicação da PAC, ao incentivar a desativação das explorações agrícolas, remunerando o abandono de atividades agrícolas em parcelas de terreno e limitando o incentivo à modernização das explorações agrícolas, contribuiu para a redução do emprego agrícola e para a redução da qualidade de vida da população que vivia de rendimentos provenientes de atividades agrícolas. Paralelamente, a importação de produtos agrícolas vindos da União Europeia e de outros países através de acordos comunitários reduziu significativamente os preços de mercado e desincentivou a produção

¹⁰ O autor refere no estudo acima mencionado os autores: Aldington, 1998; Dobbs e Pretty, 2001; Harewood, 2003; Moyer e Josling, 2002; Jongeneel e Slangen, 2004.

de um setor agrícola não modernizado, acentuando a dependência alimentar do país e contribuindo para o aumento do desemprego e para a desertificação das regiões rurais do interior.

A existência de pluriatividade na agricultura poderá ter contribuído para o crescimento da multifuncionalidade nos ambientes rurais (Lima, 2008). A existência da pluriatividade e da multifuncionalidade nos contextos social e cultural do ambiente rural enquadram-se atualmente no quadro das Reformas da PAC, contribuindo para a redução dos desequilíbrios ou mesmo para evitar ruturas nos equilíbrios existentes entre atividade agrícola e ruralidade, podendo vir a constituir uma importante componente do processo de diversificação económica das áreas rurais e de revalorização da ruralidade nas sociedades modernas.

Cavaco (2004) reuniu, num estudo intitulado “Desafios de desenvolvimento rural - Notas de Leitura”, as opiniões de diversos autores sobre a aplicação de políticas de desenvolvimento e de sustentabilidade das zonas rurais perante as ameaças de desertificação e abandono das populações, na procura de zonas urbanas que lhes permitam melhorar a qualidade de vida. A aposta na qualidade dos produtos locais e de origem controlada e os incentivos facultados pelos fundos comunitários, proporcionados pela estratégia da reforma da PAC de 1992 e pela Agenda 2000, poderão proporcionar o tão desejável desenvolvimento sustentável das zonas rurais e inverter a tendência de polarização das populações nos grandes meios urbanos, em busca de qualidade de vida. Não havendo uma relação direta entre a desertificação dos territórios rurais portugueses e a qualidade produtiva e irrigação dos solos, o modelo de desenvolvimento rural deveria assentar na multifuncionalidade das atividades económicas das regiões, fomentando a multiplicidade de fontes de rendimento e assentando em explorações agrícolas familiares de pequena dimensão (Cavaco, 2004).

Num estudo mais recente, Alberto e Almeida (2011), ao analisarem a evolução da agricultura portuguesa no período de 1989 a 2010, chamam a atenção para o facto de o período em análise ter sido marcado por profundas alterações nas linhas orientadoras da política agrícola comum, com a primeira reforma da PAC e com a Agenda 2000. Os autores, ao estabelecerem a análise comparativa dos dados dos recenseamentos gerais da população de 1991 e 2001, identificam «[...] uma significativa perda de população nas áreas rurais e a conseqüente migração desta população para as zonas não rurais» (Alberto e Almeida, 2011:8). Esta observação leva os autores a concluir que «[...] a PAC tem sido ineficiente do ponto de vista da fixação populacional. O objetivo da coesão territorial não foi

conseguido e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais enfrenta um forte estrangulamento demográfico.» (idem)

Capítulo II: Caracterização da população agrícola familiar

O âmbito deste capítulo circunscreve-se à análise dos dados estatísticos referentes à população agrícola familiar em Portugal, recolhida e divulgada nos três últimos Recenseamentos Agrícolas do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes aos anos de 1989, 1999 e 2009, e tem por objetivo a caracterização desta população em vertentes como a tendência demográfica deste universo, a importância que representa na população ativa e na população residente, a repartição por sexo, a composição por estratos etários e por relações de parentesco e os níveis de escolaridade. Serão ainda analisados os dados desagregados por NUTS I e NUTS II. Os dados referentes a 1989 e 1999 estão agrupados em NUTS I ao nível do Continente e Regiões Autónomas da Madeira e Açores, enquanto os dados referentes a 2009 estão desagregados em NUTS II nas regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, o que limita a comparação regional desagregada do Continente entre os Recenseamentos Agrícolas de 2009 e os de 1989 e 1999.

Com esta análise espera-se obter os contornos do universo da população agrícola familiar em Portugal no período de 1990 a 2010, através duma perspetiva estatística, esperando que venha a contribuir para o enriquecimento da informação de base necessária ao estudo dos estatutos de trabalho da população agrícola familiar.

2.1 Enquadramento histórico da população agrícola familiar

Para se proceder a uma leitura mais fundamentada dos indicadores económicos e à interpretação dos estudos elaborados sobre o emprego agrícola em Portugal nas últimas décadas, importa estabelecer um breve enquadramento histórico do setor agrícola em Portugal.

Em Portugal Continental e Regiões Autónomas, a grande maioria da população agrícola encontrava-se historicamente organizada em explorações familiares de pequena dimensão, onde trabalhavam o proprietário, os familiares e um número reduzido de assalariados. No sul do continente encontravam-se alguns milhares de empresas patronais de grande porte que se organizavam em latifúndios, constituídos por uma ou diversas quintas. Estes latifúndios eram o elemento central de uma organização socioeconómica em que os assalariados agrícolas constituíam a esmagadora maioria da população ativa agrícola (Oliveira Baptista, 1994). Em meados do século XX, a agricultura era ainda a atividade

económica mais relevante em Portugal, empregando em 1950 quase metade da população ativa do país e contribuindo com cerca de um terço para o produto interno bruto. A guerra de 1939-1945 criou condições para a introdução do conceito económico industrialista no final dos anos 50, defendido nas instituições do Estado Novo e que desde o final da 2.^a Guerra Mundial e até ao início da década de 60 fixaram os preços agrícolas, forçando a subordinação da agricultura às necessidades do processo de industrialização e exigindo a transformação da agricultura virada para a subsistência das populações nacionais, para um novo conceito de agricultura centrado na produção de excedentes que pudessem alimentar as necessidades do setor industrial em crescimento. Esta política agrária foi, no entanto, contrariada com a progressiva abertura do país aos mercados externos e com o êxodo da população rural, permitido pelo processo de industrialização e pela emigração que se desenrolou massivamente nos anos 60. Assim, durante a década de 1960, a população ativa agrícola diminuiu em cerca de 30% (Oliveira Baptista, 1994). Considerando que, em meados do século XX, a agricultura e a sociedade rural portuguesa alcançaram a sua maior expressão demográfica, representando a população ativa agrícola, em 1950, mais de 1,5 milhões de pessoas, o declínio que se lhe seguiu foi expressivo, sendo evidente em 1970 a quebra de um terço em relação aos dados de 1950 e, onze anos depois, de mais de metade (Oliveira Batista, 1994).

As décadas de 1970 e 1980 foram determinantes para o destino político e socioeconómico do país, distintamente marcado por dois acontecimentos: a revolução de 1974, que culminou na queda do regime do Estado Novo, e a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, representativa de um novo paradigma económico que foi a abertura do país ao mercado europeu, marcada pelo investimento de fundos comunitários na economia portuguesa e pela forma como esses fundos foram investidos, nomeadamente no setor agrícola, através da PAC. A revolução de 1974 havia feito renascer o conceito de reforma agrária, ao abrigo do qual foi aprovado um conjunto de medidas destinadas à sua concretização e ao apoio das famílias agrícolas. No entanto, a implementação destas medidas dependia sobretudo das relações de força que se estabeleciam regionalmente, pois a ação do Estado no âmbito da agricultura e da sociedade rural era frágil face às dinâmicas regionais. Tanto nas regiões Norte e Centro, como na região Sul do Continente português, a posse da terra originou confrontos políticos e sociais e as relações de força que se estabeleceram em cada região foram determinantes nos acontecimentos posteriores. Nas regiões Norte e Centro, onde a agricultura familiar tinha mais expressão, prevaleceu a ordem dos proprietários das terras, enquanto na região Sul se assistiu à

dissolução das grandes empresas agrícolas. Nas regiões Norte e Centro, a população agrícola organizava-se maioritariamente em pequenas explorações agrícolas, onde o proprietário explorava a terra com o apoio da sua família e/ou de um número reduzido de empregados, enquanto nos campos da região Sul, a realidade era bem diferente pois a população agrícola era composta maioritariamente por assalariados e trabalhadores temporários (Oliveira Baptista, 1994).

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, alterou substancialmente o papel do setor agrícola na economia portuguesa, passando a privilegiar-se a competitividade do setor no enquadramento das agriculturas europeias e diminuindo-se o enfoque na resposta à procura de produtos agrícolas proporcionada pelo mercado interno, para o que contribuíram a quebra progressiva das barreiras alfandegárias e a adoção da política agrícola comum (PAC), onde as medidas aplicadas eram idênticas para todo o espaço da CEE. A adesão à CEE teve assim duas grandes consequências para a agricultura portuguesa: a entrada de investimentos da própria Comunidade que vieram transformar o modo como o setor era tradicionalmente conduzido pelos agricultores e a entrada de produtos de outros países da CEE que vieram concorrer abertamente em terreno nacional com os produtos locais (Oliveira Baptista, 1994).

Os dados dos recenseamentos agrícolas do INE referentes a 1989, 1999 e 2009 confirmam que no período de 1990 a 2010, a maioria das explorações agrícolas pertence a produtores singulares, atingindo um peso percentual de 99%, em 1989 e 1999, decrescendo para 98% em 2009, conforme se pode ver na Figura 2.1. Ao longo destas duas décadas, o número de explorações agrícolas tem vindo a decrescer, tendo-se verificado uma redução de 49% do número de explorações, conforme se pode ver no Quadro 2.1. Na Figura 2.2 identifica-se o decréscimo do número de explorações agrícolas detidas por produtores singulares de 594 mil para 297 mil, relacionado com o decréscimo da população agrícola familiar, que se pode observar no Quadro 2.2.

A superfície agrícola utilizada (SAU) também decresceu ao longo das décadas de 1990 e 2000, diminuindo de 5,3 milhões de hectares em 1989 para 4,7 milhões de hectares em 2009 (Quadro 2.1). O maior decréscimo ocorreu na Região Centro, com o desaparecimento de 57% das explorações agrícolas. Simultaneamente verificou-se um aumento da superfície agrícola utilizada na Região do Alentejo, o que, conjugado com o desaparecimento de 41% do total das explorações agrícolas alentejanas, indicia que as grandes explorações desta região estão a expandir a superfície agrícola utilizada. A comparação do peso percentual

das explorações agrícolas por localização geográfica, comparativamente com a superfície agrícola utilizada, mostra que a Região do Alentejo detém a maioria desta superfície, com uma tendência de crescimento de 44% em 1989 para 53% em 2009, embora o número de explorações agrícolas desta região represente apenas 14% do total das explorações agrícolas, que se situam maioritariamente nas regiões do Centro e do Norte, como se pode ver na Figura 2.3.

2.2 O universo da População Agrícola Familiar

Os dados dos três últimos recenseamentos agrícolas do INE, referentes a 1989, 1999 e 2009, mostram que, nas décadas de 1990 e 2000, a população agrícola familiar decresceu em mais de metade, passando de quase dois milhões em 1989 para menos de oitocentos mil em 2009, o que já havia sido identificado por Alberto e Almeida (2011) na análise efetuada aos dados dos recenseamentos gerais da população de 1991 e 2001. Esta redução foi mais acentuada na década de 1990, atenuando-se ligeiramente na década seguinte, conforme se pode verificar na Figura 2.4 e no Quadro 2.2. A análise NUTS II mostra que o decréscimo mais significativo, em termos percentuais, se verificou no Continente, nomeadamente na Região de Lisboa, consubstanciando-se numa redução aproximada de dois terços. O decréscimo percentual menos significativo verificou-se na Região Autónoma da Madeira, que viu a sua população agrícola familiar reduzida em metade. Em valores absolutos, o maior decréscimo verificou-se na Região Centro do país, onde a população agrícola familiar perdeu cerca de 492 mil pessoas entre 1989 e 2009, passando de 760 mil para 268 mil.

A população agrícola familiar, que representava em 1999 aproximadamente 24% da população ativa em Portugal, passou a representar 14% em 2009, pese embora as devidas cautelas na análise deste indicador, devido à utilização de fontes diferentes para a sua obtenção, considerando que a população agrícola foi calculada através dos Recenseamentos Agrícolas e os dados da população ativa respeitam ao Inquérito Anual ao Emprego (Figura 2.5).

A proporção da população agrícola familiar na população residente também sofreu um decréscimo, conforme mostram os dados dos dois últimos recenseamentos agrícolas do INE, referentes a 1999 e 2009. Em 1999, a população agrícola familiar representava 12% da população residente em Portugal, enquanto em 2009 representava apenas 7,5% (Quadro 2.3), devendo-se o decréscimo essencialmente aos outros membros da família,

como se verá adiante. A proporção da população agrícola familiar na população residente por NUTS II tem mais peso nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, com ênfase para a primeira e na Região Centro do Continente. Em 1999, a população agrícola familiar representava na Região Centro 20% do total da população residente, enquanto na Região Autónoma dos Açores representava 29%. Estas duas regiões, numa única década, sofreram o maior decréscimo na proporção da população agrícola familiar face ao total da população residente (11 pontos percentuais na Região Autónoma dos Açores e 9 pontos percentuais na Região Centro). Em 2009, a população agrícola familiar representava respetivamente uma proporção de 11% e 17% para a Região Centro e para a Região Autónoma dos Açores, face ao total da população residente.

A proporção da população agrícola familiar na população residente por relação de parentesco (Produtor, Cônjuge e Outros Membros da Família), mostra que foi nos outros membros da família que se deu o decréscimo mais acentuado, sendo a Região Autónoma dos Açores e a Região Centro as mais atingidas, com reduções de, respetivamente, 7 e 4 pontos percentuais (Quadro 2.3).

2.3 A População Agrícola Familiar por Sexo

De acordo com Barros e Mendes (1983), em 1960 a taxa de feminização da população agrícola era de 28%, crescendo para 40% em 1970, 48% em 1974 e 51% em 1979. Em 1989 e 1999, a taxa de feminização da população agrícola familiar era de 50% e, em 2009, era de 49% (Figura 2.6). A repartição por NUTS II em 2009 mostra que a taxa de feminização mais baixa (47%) é a da Região Autónoma dos Açores e a das regiões de Lisboa e do Alentejo (Quadro 2.4). É na Região Autónoma da Madeira que se observa a taxa mais elevada (51%).

Como já foi referido, a população agrícola familiar entre 1989 e 2009 decresceu em mais de metade em Portugal, sendo esta redução mais acentuada no Continente do que nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Quadro 2.4). A evolução da população agrícola familiar, segundo o sexo nas duas décadas em análise, acompanha essa tendência, embora se identifique no Quadro 2.5 um decréscimo ligeiramente mais acentuado para as mulheres. O decréscimo total no território português de 152%, sendo de 152% para as mulheres e de 146% para os homens. A análise regional mostra que o decréscimo menos acentuado verificou-se na Região Autónoma da Madeira para o sexo masculino (92%) e o mais significativo foi de 156% no Continente para o sexo feminino. Os

dados detalham as regiões do Continente em NUTS II apenas em 2009, pelo que não é possível estabelecer um padrão de evolução nestas regiões nas duas décadas em análise.

2.4 A População Agrícola Familiar segundo a Relação de Parentesco

A população agrícola familiar, analisada sob a perspetiva da relação de parentesco, encontra-se subdividida em três grupos: o produtor, o cônjuge e os outros membros da família. Como já foi referido anteriormente, a evolução da população agrícola familiar ao longo das duas décadas em análise deve-se em grande parte aos outros membros da família, que representavam 45%, em 1989, e passaram a representar 34%, em 2009. O produtor e o cônjuge passaram a ter maior relevância no total da população agrícola familiar, com maior ênfase para o produtor, que passou de 30%, em 1989, para 37%, em 2009. O cônjuge aumentou o peso percentual de 25%, em 1989, para 29%, em 2009 (Figura 2.7). O decréscimo mais acentuado verificou-se no Continente, nos outros membros da família (245%) e o menos acentuado deu-se na Região Autónoma da Madeira, no produtor, e foi de 71% (Quadro 2.6).

2.5 A População Agrícola Familiar por Estrato Etário

A evolução da população agrícola familiar por estrato etário nas duas décadas em análise aponta para duas situações: o decréscimo acentuado do estrato etário de 15 a 24 anos, que representava 33% em 1989 e passou para 15% em 2009, e o crescimento acelerado do estrato etário superior a 65 anos, que passou de 17% em 1989 para 33% em 2009 (Figura 2.8). Estes dados confirmam que Portugal, à semelhança de outros países da Europa do Sul, se debate com graves desequilíbrios populacionais, evidenciados pelo envelhecimento da população agrícola, o que se traduz em elevadas taxas de população acima dos 65 anos e por reduzidas taxas de jovens adultos (15-24 anos), realidade que se revela atualmente como uma preocupação para a garantia da sustentabilidade económica e social das zonas rurais (Kasimis, 2010). A Figura 2.8 mostra que, nas décadas de 1990 e 2000, todos os estratos etários têm vindo a decrescer em valores absolutos, em consonância com a anteriormente referida redução da população agrícola familiar, verificando-se o decréscimo mais acentuado no estrato etário de 15 a 24 anos, principalmente na década de 1989 a 1999, e o menos acentuado no estrato etário superior a 65 anos. A evolução da população agrícola familiar por região, por decénio e por estratos etários no período de 1989 a 2009, espelhada no Quadro 2.7, mostra-nos que o decréscimo mais significativo se verificou no Continente para o estrato etário de 15 a 24 anos, o qual, em duas décadas, se reduziu

aproximadamente 5 vezes, enquanto o decréscimo menos significativo se verificou no estrato etário superior a 65 anos, que foi de 25%, também no Continente.

Analisando a população agrícola familiar por estrato etário e por relação de parentesco na Figura 2.9, verifica-se que o estrato etário de 15 a 24 anos é composto maioritariamente por outros membros da família. Em 1989, este estrato etário é composto em 98% por outros membros da família, 1% de produtores e 1% de cônjuges, categoria que em 2009 tinha um peso percentual inferior a 1%. Já o estrato etário de 25 a 34 anos mostra uma evolução diferente, onde os outros membros da família continuam a ter uma expressão superior às restantes relações de parentesco da população agrícola familiar, mas mostrando uma tendência de crescimento, de 59%, em 1989, para 81%, em 2009. Os produtores e os cônjuges representavam, em 1989, 19% e 22%, enquanto em 2009 passaram a representar 10% e 9%, respetivamente. O estrato etário de 35 a 44 anos de idade mostra uma tendência para o aumento do peso percentual dos outros membros da família, que evoluiu de 16% em 1989 para 43% em 2009, enquanto os produtores e os cônjuges passaram respetivamente de 40% e 44%, em 1989, para 29% e 28%, em 2009. O estrato etário de 45 a 54 anos por relação de parentesco também mostra um decréscimo dos produtores e dos cônjuges, e um aumento do peso percentual dos outros membros da família. Em 1989, os produtores e os cônjuges representavam, cada qual, 47% no total da população agrícola familiar, representando os outros membros da família 6%. Duas décadas depois, o peso percentual dos produtores e dos cônjuges era de 43% e 39%, enquanto o dos outros membros da família aumentava para 18%. O estrato etário de 55 a 64 anos, composto essencialmente por produtores e por cônjuges, apresentava um peso percentual, em 2009, de 49% e 43%. Comparativamente com os dados de 1989 verificou-se um decréscimo no peso percentual do produtor e um ligeiro aumento no peso percentual do cônjuge, que registavam 52% e 42%, respetivamente. Relativamente aos outros membros da família, verificou-se uma ligeira subida no peso percentual entre 1989 e 2009. Os dados referentes aos cônjuges e aos outros membros da família não apresentam uma evolução linear ao longo das duas décadas analisadas, tendo-se verificado entre 1989 e 1999 um ligeiro aumento para os primeiros e um decréscimo para os segundos, tendência que se inverte na década seguinte, passando os cônjuges a apresentar um ligeiro decréscimo para 43%, enquanto os outros membros da família aumentam o seu peso percentual para 8%. Por último, os dados por relação de parentesco referentes ao estrato etário superior a 65 anos, evidenciam o aumento do peso percentual do produtor e do cônjuge entre 1989 e 2009, que passa de 52% e 28% para 54% e 34%, respetivamente. Neste estrato etário é evidente a

redução do peso dos outros membros da família que apresentavam um peso percentual de 20% em 1989 e passaram para 12% em 2009.

A Figura 2.10 mostra a evolução dos estratos etários por sexo, onde se verifica que o estrato etário superior a 65 anos mostra uma redução idêntica entre 1989 e 2009 para ambos os sexos, enquanto o estrato de 35 a 44 anos mostra uma tendência de decréscimo mais acentuada nas mulheres. Todos os estratos etários, com exceção do superior a 65 anos de idade, mostram uma tendência de desaceleração no decréscimo na década de 2000 face à década anterior.

2.6 A População Agrícola Familiar por Níveis de Escolaridade

Para se completar a caracterização da população agrícola familiar, importa observar a evolução dos respetivos níveis de escolaridade nas duas décadas em análise. A Figura 2.11 mostra a repartição dos níveis de escolaridade da população agrícola familiar patente nos três Recenseamentos Agrícolas do INE efetuados em 1989, 1999 e 2009. Nesta figura, fica claramente evidenciada a redução do peso da população agrícola familiar sem qualquer escolaridade, que passou de 43%, em 1989, para 22%, em 2009. Deu-se o aumento da população agrícola familiar com o grau de escolaridade básico, que passou de 50%, em 1989, para 63%, em 2009, e para o aumento gradual dos níveis de escolaridade secundário/pós-secundário e superior, que passaram, respetivamente, de 6% e 1%, em 1989, para 9% e 6%, em 2009. A análise por relação de parentesco, mostra em relação ao produtor, o decréscimo da ausência de escolaridade de 47%, em 1989, para 22%, em 2009, e o aumento do nível de escolaridade básico de 49%, em 1989, para 69%, em 2009. Os níveis de escolaridade secundário/pós-secundário e superior evidenciam um aumento de peso de 4% para 9%, respetivamente, de 1989 para 2009. Os dados do cônjuge mostram igualmente o decréscimo da ausência de escolaridade, de 55% para 24%, e o aumento do nível de escolaridade básico, de 42% para 66%, respetivamente, em 1989 e 2009. Os níveis de escolaridade secundário/pós-secundário e superior aumentaram de 3% para 10%. De notar que o cônjuge era a relação de parentesco que apresentava em 1989 o peso percentual mais elevado de ausência de escolaridade, observando-se em 2009 uma aproximação ao produtor. Por último, os outros membros da família mostram igualmente o decréscimo da ausência de escolaridade, embora numa escala mais reduzida, pois esta relação de parentesco já apresentava em 1989 os valores menos elevados de ausência de escolaridade, comparativamente com o produtor e o cônjuge. Assim, a ausência de escolaridade que, em 1989, tinha um peso percentual de 33%, passou para 20%, em 2009.

A proporção do nível de escolaridade básico baixou de 56% para 53%, de 1989 para 2009, verificando-se em 2009 um maior peso percentual nos graus de escolaridade secundário/pós-secundário e superior, que subiram respetivamente de 11%, em 1989, para 27%, em 2009. A relação de parentesco dos outros membros da família apresenta o maior peso percentual nos níveis de escolaridade secundário/pós-secundário e superior.

O detalhe do Ensino Superior evidenciado na Figura 2.12 mostra que a população agrícola familiar optou por seguir áreas de ensino não associadas à especialização Agrícola/Florestal. Em 1989 apenas 12% destes estudantes escolhiam aprofundar os seus conhecimentos de agricultura, decrescendo esta percentagem para 8% em 2009.

A repartição por sexo da população agrícola familiar no que concerne aos níveis de escolaridade, patente na Figura 2.12 mostra um maior número de mulheres sem formação escolar comparativamente com os homens. Embora a percentagem tenha diminuído nas duas décadas em análise continua a ser evidente, em 2009, a maior percentagem de mulheres sem formação escolar, que ascendia aos 26%, comparativamente com os 18% dos homens. Por outro lado, a proporção de mulheres com o nível de escolaridade superior aumentou de forma considerável, passando a representar 8% em 2009, comparativamente com a proporção de homens com o mesmo nível de escolaridade, que em 2009 representava 5%. De referir que em 1989 ambos os sexos detinham uma proporção de 1% no nível de escolaridade superior.

O INE disponibilizou um conjunto de dados sobre a formação agrícola efetuada pela população agrícola familiar. A Figura 2.13 mostra a evolução da formação agrícola em número de horas dos produtores de 1989 a 2009, distribuídas por região. A tendência para a redução do número de horas de formação agrícola é evidenciada nas Regiões Norte e Centro do Continente. Relativamente à formação agrícola distribuída em horas de formação exclusivamente prática, cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola e cursos de formação agrícola completa (ensino secundário ou ensino superior), as preferências da população agrícola familiar foram para a Formação Agrícola Exclusivamente Prática em 1999 e 2009. No entanto, o peso percentual deste tipo de formação diminuiu de 94% para 89% na década em análise, verificando-se o aumento do peso percentual dos Cursos de Formação Profissional relacionados com a atividade agrícola.

2.7 Principais conclusões

Da análise efetuada à caracterização da população agrícola familiar nas décadas de 1990 a 2010, podem-se extrair algumas conclusões:

1. A população agrícola familiar diminuiu consideravelmente ao longo das duas décadas analisadas, passando de cerca de 2 milhões em 1989 para 0,8 milhões em 2009.
2. O decréscimo da população agrícola familiar ficou a dever-se essencialmente à diminuição dos outros membros da família e aos estratos etários de 15 a 44 anos.
3. Denota-se o envelhecimento da população agrícola familiar. A população com mais de 65 anos, em 1989, representava 17% do universo e, em 2009, passou a representar 33%.
4. A formação superior da população agrícola familiar nas áreas Agrícola/Florestal decresceu, o que poderá indiciar que uma parte desta população não tenciona dar continuidade à atividade agrícola ou que o fará nos moldes tradicionais.
5. O fenómeno da feminização da população agrícola familiar identificado em décadas anteriores parece ter estabilizado. Em 1989, as mulheres representavam 50% do total do universo da população agrícola familiar e em 2009 representavam 49%.

Capítulo III: Estatutos de trabalho da população agrícola familiar

Neste capítulo proceder-se-á à análise detalhada dos estatutos de trabalho da população agrícola familiar através da utilização de um conjunto de indicadores calculados com base nos Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009. Pretende-se, ainda, com esta análise procurar evidências empíricas, caso existam, sobre a existência de subocupação, entre as famílias agrícolas e sobre a existência de lógicas familiares assentes na pluriatividade e na multifuncionalidade, como estratégias de maximização de rendimentos da população agrícola familiar.

3.1 O tempo despendido na atividade agrícola

A análise do Quadro 3.1 permite identificar as alterações que ocorreram no tempo despendido pelos produtores agrícolas na atividade agrícola, para as décadas em análise. Os dados mostram a percentagem de produtores que trabalha em tempo completo e em tempo parcial, tendo sido definido pelo INE que uma atividade em tempo completo é aquela em que um trabalhador aplica 225 dias ou 1.800 horas de trabalho por ano. Com base neste pressuposto, verifica-se que, entre 1989 e 2009, o peso percentual referente ao número de horas em tempo completo de atividade agrícola decresceu de 21% em 1989 para 16% em 1999 e voltou a aumentar em 2009 para 21%. Os dados não permitem apurar a razão do declínio na década de 1990 nem a súbita viragem na década seguinte, pelo que esta explicação terá de ser encontrada noutros indicadores ou em fatores exógenos que tenham tido repercussões no indicador percentual de atividade em tempo completo. As evidências empíricas mostram a existência de uma elevada percentagem de trabalho a tempo parcial entre os produtores agrícolas no que concerne à atividade agrícola e parecem corroborar as referências de Amaral (1994) e Baptista (1994) sobre o abandono do trabalho no setor agrícola como forma de evitar o subemprego e os constrangimentos económicos associados (Almeida, 2004). A aplicação da PAC, na configuração disponível à data da sua primeira aplicação no setor agrícola português, não terá incentivado a prestação de trabalho a tempo inteiro na atividade agrícola (Baptista, 1994), pois, ao incentivar a desativação das explorações agrícolas, remunerando o abandono de atividades agrícolas em parcelas de terreno e limitando o incentivo à modernização das explorações agrícolas, contribuiu de forma aparentemente decisiva para a redução do emprego agrícola (Silva, 2000).

A análise mais aprofundada da composição do tempo de atividade despendido na agricultura mostra que em 1989 cerca de 48% dos produtores agrícolas despendiam menos de 50% do seu tempo em atividades agrícolas, verificando-se em 2009 um ligeiro aumento para 51%. Este indicador aponta para a existência de uma margem de tempo de subocupação em atividades agrícolas por parte dos produtores.

Analisando estes dados através da perspetiva regional, verifica-se na Figura 3.1 que a percentagem de produtores que trabalham a tempo completo em atividade agrícolas é mais elevada na Região Norte, situando-se em 26% e 27% em 1989 e 2009, respetivamente, e mostrando um ligeiro declínio para 21% em 1999. Por outro lado, a percentagem mais reduzida de produtores (5%) que trabalham a tempo completo em atividades agrícolas verificou-se em 1989 e 1999 na Região da Madeira. A situação alterou-se em 2009, passando a Região do Algarve a ser aquela onde existem menos produtores agrícolas que se dedicam a tempo completo à atividade agrícola. Em 1989, a Região Autónoma da Madeira alberga a mais elevada percentagem de produtores (72%) que despendem menos de 50% do seu tempo em atividades agrícolas. Em 1999 e 2009, são a Região Autónoma dos Açores e a Região Alentejo que apresentam as maiores percentagens de produtores (70%) que investem menos de 50% do seu tempo em atividades agrícolas.

A análise dos dados disponíveis sobre as unidades de trabalho agrícola (UTA) da população agrícola familiar, espelhada na Figura 3.2 e no Quadro 3.2, identifica o volume de trabalho agrícola total, expresso em horas de trabalho, distribuído por mão-de-obra agrícola familiar e não familiar, apurado nos Recenseamentos Agrícolas do INE, referentes aos anos de 1989, 1999 e 2009. Verifica-se que a população agrícola familiar apresenta um peso percentual de 85% no volume de trabalho agrícola total em 1989, e de 80% em 2009. Em complemento, a Figura 3.3 mostra a redução acentuada do volume de trabalho agrícola total nas décadas de 1990 e 2000. O volume de trabalho agrícola total que, em 1989, representava mais de 800 mil unidades, decresceu para menos de 300 mil UTAs em 2009, o que se deve ao acentuado decréscimo da população agrícola familiar, considerando que o peso percentual da mão-de-obra agrícola familiar no total das UTAs se é de 80%.

A análise regional mostra que o decréscimo do volume de trabalho agrícola é mais acentuado nas Regiões Centro e Norte, sendo visível na Figura 3.3 uma redução aproximada de dois terços entre 1989 e 2009.

Aprofundando a análise dos dados do volume de trabalho agrícola ao nível da relação de parentesco da população agrícola familiar, verifica-se, na Figura 3.4, que o volume de

trabalho total da população agrícola familiar é prestado, na sua maioria, pelo produtor, subindo de 46% em 1989 para 54% em 2009. Os outros membros da família são cada vez menos representativos na contribuição para o cálculo das UTAs, descendo de 21% em 1989 para 15% em 2009. O cônjuge decresceu de 33% para 31%, de 1989 para 1999, mantendo-se nos 31% em 2009.

A análise regional por relação de parentesco das UTAs nas décadas de 1990 e 2000 mostra um peso percentual mais elevado para o produtor, em 1989 e 2009, na Região Autónoma dos Açores, de 60% e 66%, respetivamente. Em 1999, o peso percentual mais significativo foi de 62% na Região do Alentejo, conforme se pode ver no Quadro 3.2. O menor peso percentual encontra-se na Região Norte, a apresenta uma tendência de crescimento, sendo de 41%, 47% e 52% para 1989, 1999 e 2009, respetivamente. O cônjuge apresenta o maior peso percentual na Região Centro, embora com tendência para o decréscimo, sendo de 38%, 35% e 34% para 1989, 1999 e 2009, respetivamente, e o menor peso percentual na Região Autónoma dos Açores, de 15% em 1989 e de 16% em 1999 e em 2009. Os outros membros da família apresentam os registos mais elevados em 1989 na Região Norte (29%), em 1999 na Região Autónoma dos Açores (24%) e na Região Autónoma da Madeira em 2009 (21%). Os valores mais baixos encontram-se na Região Algarve em 1989 (12%), na Região Alentejo em 1999 (12%) e em 2009 nas Regiões Centro e Alentejo (12%).

Os dados referentes à análise do volume de trabalho total da população agrícola familiar por relação de parentesco e por NUTS II não permitem a identificação de um padrão regional. Verifica-se no Quadro 3.3 que a UTA média por exploração agrícola decresceu 17% em Portugal nas duas décadas em análise, sendo o decréscimo de 1,4 para 1,2 de 1989 para 2009. O maior decréscimo registou-se na Região Norte (31%), que passou de 1,7 em 1989 para 1,3 em 2009. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira mostram crescimento nas UTAs médias de 11% e 27%. A Região Autónoma dos Açores passou de 0,8 UTAs por exploração agrícola em 1989 para 0,9 em 2009 e a Região Autónoma da Madeira passou de 0,8 para 1,1 UTAs médias.

De referir que o número médio de pessoas por exploração agrícola singular manteve-se constante nas duas décadas analisadas (3 pessoas), embora a análise regional mostre um decréscimo nalgumas regiões, nomeadamente nas Regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve, que passaram de 3 para 2 pessoas de 1989 para 2009. A Região Centro manteve-se constante com a média de 3 pessoas por exploração agrícola ao longo dos vinte anos em análise (Quadro 3.4). Em termos de UTAs médias, a população agrícola familiar contribuiu

com 0,49 recursos em 1989, 0,42 em 1999 e 0,45 em 2009, representando cerca de um terço das UTAs médias nas duas décadas em análise. O Quadro 3.5 mostra que o volume de trabalho médio mais elevado é o do produtor, com 0,56 em 1989 e 0,54 em 1999 e 2009. As UTAs do cônjuge decresceram nas duas décadas em análise, passando de 0,54 em 1989 para 0,45 em 2009. As UTAs dos outros membros da família decresceram de 1989 para 1999, passando de 0,35 para 0,25 respetivamente, mas em 2009 voltaram a aumentar para 0,28. As Regiões Norte e Centro são aquelas onde a população agrícola familiar contribui com maior volume de trabalho médio por indivíduo em 1989, sendo o valor total de 0,52. Na Região Norte, o produtor contribuiu com as UTAs médias mais elevadas (0,61), enquanto na Região Centro, foi o cônjuge quem contribuiu com as UTAs médias mais elevadas (igualmente 0,61). Em 1999 e 2009, o maior contribuidor por região para as UTAs médias foi a Região Norte, com 0,45 e 0,5 (para os quais o produtor contribuiu com 0,6 em ambos os anos), embora o número médio de pessoas por exploração agrícola singular tenha diminuído de 4 para 3 pessoas nesta região. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira tiveram um decréscimo do número médio de pessoas por exploração singular, que passou de 4 para 3 de 1989 para 2009, o que, aparentemente, não teve impacto negativo nas UTAs médias, como se viu atrás.

3.2 Atividade Remunerada Exterior à Exploração Agrícola

O Quadro 3.6 apresenta dados sobre a existência de atividade remunerada exterior à exploração agrícola na população agrícola familiar. A percentagem de população agrícola familiar que detinha uma ou mais atividades remuneradas externas à exploração agrícola era inferior a um terço, tendo-se mantido praticamente constante nas décadas analisadas (entre os 29% e os 30%). Em termos regionais, as percentagens mais elevadas encontram-se na Região Centro (39% e 40%, em 1989 e em 1999, respetivamente). Em 2009, a Região Norte detinha a percentagem mais elevada de população agrícola com uma ou mais atividades remuneradas externa à sua exploração agrícola (36%). Os outros membros da família detinham a percentagem mais elevada no que respeita ao recurso a atividades remuneradas exteriores à exploração agrícola, embora com tendência para decrescer (46% para 41%, de 1989 para 2009). Este indicador apresenta tendência para crescer no que diz respeito ao cônjuge (16% para 26%, de 1989 para 2009). O produtor tem perdido expressão nas duas décadas em análise, decrescendo de 38% em 1989 para 33% em 2009, o que poderá denotar uma maior dedicação do produtor às atividades agrícolas da sua exploração.

Os Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999 consideraram quatro categorias sobre a situação na profissão da população agrícola familiar (perspetiva vista do exterior da exploração agrícola): patrão / empregador, trabalhador por conta própria, trabalhador por conta de outrem e trabalhador familiar remunerado. Não se encontram disponíveis dados referentes ao Recenseamento Agrícola de 2009, pelo que apenas poderá ser analisada a década de 1990. A Figura 3.6 mostra que a única situação na profissão que cresceu em valores absolutos foi a do trabalhador familiar remunerado, representando 1% em 1989 e 4% em 1999, enquanto a que mais decresceu foi a de patrão / empregador. A situação na profissão de trabalhador por conta própria representava 50% em 1989 e 57% em 1999, enquanto o patrão / empregador decresceu de 43% para 33% de 1989 para 1999. O trabalhador por conta de outrem manteve o peso de 6% na década em análise.

Para os homens, a única situação na profissão que aumentou em valores absolutos e percentuais foi a do trabalhador familiar remunerado, passando de 1% em 1989 para 3% em 1999. O trabalhador por conta própria aumentou de 55% para 64%, de 1989 para 1999, o patrão / empregador decresceu de 38% para 27%, de 1989 para 1999 e o trabalhador por conta de outrem manteve o peso de 6% em ambos os recenseamentos agrícolas de 1989 e 1999. Para as mulheres, a situação na profissão de trabalhador familiar remunerado é mais significativa comparativamente com os homens, abrangendo cerca de 25.000 trabalhadoras e aumentando de 1% para 4%, de 1989 para 1999. As situações na profissão de trabalhador por conta própria e de trabalhador por conta de outrem aumentaram o peso percentual, de 45% para 51% e de 6% para 7%, respetivamente, na década em análise, enquanto o patrão / empregador decresceu de 48% para 38%, de 1989 para 1999.

Na perspetiva do agregado familiar, verificou-se o aumento do peso da situação na profissão de trabalhador familiar remunerado para o produtor, de 1% para 3%, e o aumento do trabalhador por conta própria, que passou de 49% para 61%, enquanto a situação na profissão patrão / empregador decresceu de 47% para 34% de 1989 para 1999. O trabalhador por conta de outrem decresceu de 3% para 2% na década em análise. Para o cônjuge, a situação na profissão patrão / empregador decresceu de 55% em 1989 para 40% em 1999, o trabalhador familiar remunerado subiu de 1% para 3% e o trabalhador por conta própria teve o maior aumento, de 42% para 55% na década em análise. Por último, a situação na profissão trabalhador por conta de outrem manteve-se nos 2%. Para os outros membros da família, a situação trabalhador por conta de outrem cresceu de 10% para 12%, o trabalhador por conta própria cresceu de 56% para 57% e o patrão / empregador decresceu de 33%, em 1989, para 26%, em 1999. Finalmente, o trabalhador familiar

remunerado cresceu, em valor absoluto e percentual, passando de 1%, em 1989, para 5%, em 1999.

Procedendo à análise conjunta das variáveis por sexo, por agregado familiar e por situação na profissão, verifica-se que o peso percentual da situação na profissão patrão / empregador para os produtores é superior para as mulheres, embora tenha decrescido de 58% para 43%, de 1989 para 1999. É, no entanto, de realçar que as mulheres-produtor são menos de 100 mil, enquanto os homens-produtor são mais de 300 mil, em 1999. Por último, verifica-se um acréscimo em valor absoluto do número de mulheres-produtor na situação trabalhador por conta própria.

Comparando ambos os sexos por situação na profissão, verificava-se para o cônjuge um aumento em valor absoluto do número de homens-cônjuge na situação na profissão de trabalhador por conta própria, embora em valores absolutos os homens-cônjuge sejam cerca de 52 mil, significativamente menos que os 280 mil mulheres-cônjuge em 1999. A situação na profissão patrão / empregador tinha maior peso percentual nas mulheres-cônjuge do que nos homens-cônjuge. O maior peso percentual na situação na profissão encontrava-se no trabalhador por conta própria, que, para os homens-cônjuges aumentou de 62% para 69% e para as mulheres-cônjuge cresceu de 40% para 52%, na década em análise. Por último, a comparação entre sexos para os outros membros do agregado familiar mostra um acréscimo de pouca expressão na situação na profissão do trabalhador familiar remunerado, que em 1999 representava para os homens cerca de 10 mil trabalhadores e para as mulheres aproximadamente 15 mil trabalhadoras. O patrão / empregador apresentava um peso percentual superior para as mulheres e o trabalhador por conta própria tinha o maior peso percentual, sendo de 58% e 62% para os homens e de 52% e 51% para as mulheres, em 1989 e 1999, respetivamente.

A situação na profissão por estratos etários apresenta outros dados interessantes, nomeadamente a tendência para o desaparecimento da situação na profissão patrão / empregador nos estratos etários de 15 a 54 anos e a inversão do peso percentual do patrão / empregador e do trabalhador por conta própria, a favor deste último nos estratos etários superiores a 55 anos (Figura 3.7).

3.3 As explorações agrícolas e as fontes de rendimento – pluriatividade e multifuncionalidade

O Recenseamento Agrícola de 2009 do INE compilou dados sobre três tipos de rendimentos obtidos pelas explorações agrícolas, segmentados por dimensão económica: rendimentos derivados exclusivamente da atividade da exploração agrícola, rendimentos derivados principalmente da atividade da exploração agrícola e rendimentos principalmente de origem exterior à exploração agrícola. A Figura 3.8 mostra que existiam em Portugal, de acordo com os dados do Recenseamento Agrícola de 2009, 80% de explorações agrícolas de dimensão económica muito pequena, 12% de dimensão económica pequena, 6% de média dimensão económica e 2% de dimensão económica grande. Os dados mostram que 83% das explorações agrícolas obtinham fontes de rendimento exteriores à exploração agrícola, 11% obtinham rendimentos principalmente da atividade da exploração agrícola e apenas 6% dependiam de rendimentos exclusivamente da exploração agrícola. Estes dados indicam que 94% das explorações agrícolas subsistiam devido à obtenção de rendimentos externos complementares aos rendimentos da exploração agrícola, o que aponta para a existência de pluriatividade ou de plurirrendimento sem pluriatividade.

A análise por dimensão económica da exploração agrícola mostra que as explorações agrícolas de dimensão muito pequena (menos de 8 mil euros de rendimento anual) são as mais dependentes de rendimentos externos à exploração agrícola, conforme se pode ver na Figura 3.9, visto que 98% destas explorações agrícolas subsistem devido à obtenção de rendimentos complementares à atividade da exploração. Para os restantes tipos de exploração agrícola verifica-se que 87% das explorações de pequena dimensão (de rendimento superior a 8 mil euros mas inferior a 25 mil euros anuais) também se encontram dependentes de rendimentos de origem exterior à exploração e 73% das explorações de média dimensão (de rendimento superior a 25 mil euros mas inferior a 100 mil euros anuais) também recorrem a fontes de rendimentos exteriores à exploração agrícola. Os dados mostram, ainda, que 62% das explorações agrícolas de grande dimensão económica (de rendimento superior a 100 mil euros anuais) recorrem a fontes de rendimento de origem exterior à exploração agrícola.

Importa agora aferir a importância atribuída pelos produtores agrícolas singulares à obtenção de subsídios. De acordo com a definição do INE, subsídio é a “quantia concedida pelo Estado a empresas, sem contrapartida direta, para assegurar o prosseguimento da

atividade económica que exercem.”¹¹ Em 2009, 41% dos produtores agrícolas singulares atribuem 0% de importância à obtenção de subsídios, conforme se pode ver na Figura 3.10. Importa ressaltar que a análise desta informação deverá ser efetuada com cautela, pois a recolha dos dados teve origem em inquéritos de opinião efetuados junto dos produtores agrícolas singulares, resultando da sua perceção pessoal sobre o tema. Analisando a importância dos subsídios para os produtores agrícolas singulares de acordo com o seu estrato etário, patente na Figura 3.10, verificou-se que apenas 1% dos produtores pertencentes aos estratos etários de 15 a 44 anos atribuíram uma importância de 100% aos subsídios, enquanto entre 33% a 36% atribuíram-lhes importância nula. Para os estratos etários acima dos 45 anos, menos de 1% dos produtores singulares atribuiu uma importância de 100% aos subsídios, enquanto 39% a 43% lhes atribuiu uma importância de 0%.

Convocando os dados apresentados nos subcapítulos anteriores: a redução das UTAs médias nas explorações agrícolas, a existência de atividades remuneradas exteriores às explorações agrícolas, a existência de fontes de rendimento externas que asseguram a subsistência das explorações agrícolas e o eventual desinteresse dos produtores pela obtenção de subsídios à exploração, pode-se afirmar que as evidências apontam para a existência de pluriatividade como estratégia utilizada pela população agrícola familiar para a subsistência das famílias e das respetivas explorações. Barros e Mendes (1983) haviam já identificado na década de 1970 a predominância da pluriatividade em Portugal, associada à agricultura de tipo familiar, a qual tinha por finalidade a subsistência das famílias. Também Lima (1986), ao proceder à delimitação e quantificação da agricultura a tempo parcial em Portugal, com base nos dados do INE referentes ao Recenseamento Agrícola do Continente de 1979, apontou para a importância da agricultura de pluriatividade. Posteriormente, a mesma autora chamou a atenção para a presença da pluriatividade na agricultura como sistema socioeconómico de vida onde se identificam estratégias familiares de maximização da força de trabalho da família agrícola (Lima, 1990).

O mesmo não se pode dizer quanto ao papel da multifuncionalidade como estratégia de subsistência das explorações agrícolas ou como lógica de subsistência da população agrícola familiar. A análise das atividades lucrativas não agrícolas praticadas pelas explorações agrícolas mostra que, entre 1999 e 2009, o peso percentual destas atividades

¹¹ A definição de subsídio está publicada no sítio do INE e pode ser consultada no endereço <http://smi.ine.pt/ConceitoPorTema>.

sofreu alterações significativas. A Figura 3.11 mostra um decréscimo acentuado na transformação de produtos agrícolas alimentares, que no final da década de noventa representava 87% do total das atividades lucrativas não agrícolas, passando a representar apenas 7% em 2009. A produção florestal passou a representar 68% das atividades lucrativas não agrícolas em 2009. A prestação de serviços e o turismo rural e atividades diretamente relacionadas também cresceram em peso percentual nesta década, embora com pouca expressão, passando de 6% para 11% e de 1% para 4%, respetivamente. As únicas atividades que aumentaram na década de 2000 foram a produção florestal e o turismo rural e atividades diretamente relacionadas.

A proporção das explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas poderá ser um indicador da multifuncionalidade praticada pela diferenciação das atividades económicas existentes nas regiões, tal como referido por Cavaco (2004). No Quadro 3.7, verifica-se que a proporção das explorações agrícolas que se dedicam a atividades lucrativas não agrícolas é muita reduzida e com aparente tendência para o decréscimo no total do país, pois, entre 1999 e 2009, passou de 8% para 5%. A análise regional mostra diferentes padrões regionais deste indicador apontando para um maior decréscimo na Região Norte, de 15% para 3%, e para uma tendência de crescimento nas Regiões Centro, Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira, com destaque para a Região do Algarve, onde se verificou o maior aumento na proporção de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, de 3% para 13%. Os dados não apontam para que a multifuncionalidade esteja generalizada a todo o território, mas mostram que poderão existir alguns focos regionais.

Uma outra característica que define a existência de multifuncionalidade agrícola é a preocupação com a criação e manutenção de elementos de paisagem incorporados nas áreas de cultivo ou de habitação das explorações. O Recenseamento Agrícola de 2009 compilou dados sobre as explorações agrícolas que investiram na criação e manutenção de elementos de paisagem rural, através da plantação de sebes vivas, linhas de árvores e muros de pedra (Quadro 3.8). Verificou-se que, em 2009, a proporção das explorações agrícolas que apresentam manutenção de elementos de paisagem de muros de pedra foi de 48% e de linhas de árvores e de sebes vivas, de 4%. A proporção de explorações agrícolas que implementaram elementos de paisagem foi muito reduzida: 3% em muros de pedra e menos de 1% em sebes vivas e linhas de árvores), donde se deduz que a preocupação paisagística detém uma reduzida relevância na condução das explorações agrícolas.

3.4 A Continuidade na Atividade Agrícola dos Produtores Agrícolas Singulares

Retomando o tema da subsistência das explorações agrícolas familiares através da obtenção de fontes de rendimento exteriores e considerando que cerca de metade dos produtores agrícolas singulares atribui importância nula à obtenção de subsídios, surge a questão da continuidade destes na atividade agrícola. O Recenseamento Agrícola de 2009 do INE recolheu informações sobre as intenções de continuidade dos produtores agrícolas singulares na atividade agrícola, verificando-se que 96% dos produtores agrícolas singulares pretende continuar a exercer esta atividade (Figura 3.12). A análise por estrato etário mostra que, para a população superior a 65 anos de idade, 6% dos produtores agrícolas singulares indicaram intenções de abandonar a atividade agrícola. Nos restantes estratos etários, 98% dos produtores agrícolas singulares demonstraram intenção de dar continuidade à atividade agrícola. O mesmo Recenseamento Agrícola questionou os produtores agrícolas singulares sobre cinco tipos de razões que os levariam a afirmar que pretendem dar continuidade à atividade agrícola. Essas razões são: a viabilidade económica, o complemento ao rendimento familiar, o valor afetivo, a ausência de outra alternativa profissional ou, ainda, outros motivos. A Figura 3.13 mostra que a principal razão que leva os produtores agrícolas singulares a afirmar que pretendem dar continuidade à atividade agrícola é o valor afetivo que atribuem à sua exploração agrícola, a qual representa uma percentagem de 47% do total das razões de continuidade. Segue-se a do complemento ao rendimento familiar, que representa 34% das razões. Com 11%, a razão sem outra alternativa profissional, com 6%, a viabilidade económica e, finalmente, com 2%, outros motivos. A análise destes dados por grupo etário, patente na Figura 3.13, mostra que a razão de continuidade do valor afetivo vai aumentando a sua expressão à medida que a idade dos inquiridos vai avançando, sendo de 28% no grupo etário de 15 a 24 anos e de 58% no grupo etário superior a 65 anos. O complemento ao rendimento familiar mantém uma certa regularidade ao longo de todos os grupos etários, situando-se o peso percentual mais reduzido no grupo etário superior a 65 anos de idade, 32%, e o mais elevado no grupo etário de 35 a 44 anos, 36%. A viabilidade económica apresenta uma expressão de menor importância ao longo dos grupos etários, sendo de 23% no grupo etário de 15 a 24 anos e de 3% no grupo etário superior a 65 anos de idade. Importa ainda realçar que a razão de continuidade sem outra alternativa profissional é mais elevada em todos os grupos etários entre os 15 e os 64 anos de idade, oscilando entre os 12% e os 18%, e tem um peso percentual de apenas 5% no grupo etário superior a 65 anos de idade.

Analisando a continuidade na atividade agrícola por parte dos produtores agrícolas singulares por NUTS II, salienta-se a expressão da razão de continuidade sem outra alternativa profissional na Região Norte, 48%. As regiões que apresentam maior peso percentual na razão de continuidade da viabilidade económica são as regiões Norte, Centro, Alentejo e a Região Autónoma dos Açores, com uma expressão de 29%, 24%, 23% e 13%, respetivamente. Nas regiões Norte e Centro os agricultores atribuem maior importância à razão de continuidade do complemento ao rendimento familiar, 37% e 36%, respetivamente. São as regiões Centro, Norte e Alentejo que apresentam o peso percentual mais elevado no que diz respeito ao valor afetivo, respetivamente 36%, 35% e 16% do total das razões consideradas (Figura 3.14).

3.5 Os estatutos de trabalho da população agrícola familiar

Entre 1990 e 2010, a percentagem de produtores agrícolas que não se dedica a atividades agrícolas a tempo completo situa-se entre os 79% e os 84% (Quadro 3.1 e Figura 3.1). O valor médio das UTAs da população agrícola familiar por indivíduo (entre 0,4 e 0,5 no total do país, conforme Quadro 3.3) aponta para a presença de subocupação nas famílias agrícolas. Para além do que dizem Barros e Mendes (1983) sobre a complexidade das atividades agrícolas e a dificuldade de identificação clara do seu estatuto face aos meios de produção (atividades de trabalho agrícola ou ocupação de tempo com a finalidade de produção própria), e que impede a identificação clara de subocupação e de subemprego, ainda existe a prática de dupla atividade. Em 1989, 79% dos produtores agrícolas singulares declararam trabalhar a tempo parcial na sua exploração agrícola. Esta percentagem aumenta para 84% em 1999 e volta aos 79% em 2009. Do total de produtores agrícolas singulares, destaca-se o grupo de produtores que apenas trabalha entre 0% e 25% do seu tempo em atividades agrícolas na sua exploração, o qual apresenta uma tendência de crescimento (28% em 1989, 29% em 1999 e 30% em 2009). Em termos regionais, em 2009, 48% dos produtores agrícolas singulares da Região Alentejo trabalham para a sua exploração agrícola numa proporção de 0% a 25% do seu tempo de trabalho. Como já foi referido, estes dados apontam para a existência de dupla atividade e para a importância da pluriatividade como estratégia de subsistência das explorações agrícolas e como lógica familiar da população agrícola (Quadro 3.1).

Face ao até aqui analisado, foram identificadas duas perspetivas diferentes de observação dos principais estatutos de trabalho da população agrícola familiar: a perspetiva que assenta no tempo de ocupação na exploração agrícola e a perspetiva que assenta na

análise da situação na profissão exterior à exploração agrícola e que se baseia no ponto de vista do mercado de trabalho.¹²

Começando pela perspetiva do tempo de ocupação da população agrícola familiar na exploração, os estatutos de trabalho dividem-se em dois grandes grupos: a população que exerce atividades agrícolas a tempo completo na exploração e a população que exerce atividades agrícolas a tempo parcial, onde se inclui a população duplo-ativa (Quadro 3.9, em baixo).

¹² A definição de subsídio está publicada no sítio do INE e pode ser consultada no endereço <http://smi.ine.pt/ConceitoPorTema>.

Quadro 3.9 – Principais estatutos de trabalho da população agrícola familiar (ocupação a tempo completo e a tempo parcial), em milhares de pessoas e por peso percentual:

Principais estatutos de trabalho	1989		1999		2009	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Produtores Agrícolas:						
1 - A exercer atividade agrícola a tempo completo na exploração	125	21%	65	16%	62	21%
2 – A exercer atividade agrícola a tempo parcial na exploração (2.1)+(2.2):	469	79%	344	84%	235	79%
2.1 – A exercer dupla atividade (atividade remunerada exterior)	220	37%	124	30%	77	26%
2.2 – Ocupação de tempo não determinada ¹³	249	42%	220	54%	158	53%
Total Produtores Agrícolas (1)+(2)	594	30%	409	33%	297	37%
Cônjuges:						
1 - A exercer atividade agrícola a tempo completo na exploração ¹⁴	-	-	-	-	-	-
2 – A exercer atividade agrícola a tempo parcial na exploração: ¹⁵	-	-	-	-	-	-
2.1 – A exercer dupla atividade (atividade remunerada exterior)	90	18%	79	24%	63	28%
2.2 – Ocupação de tempo não determinada ¹⁶	404	82%	254	76%	166	72%
Total Cônjuges (2.1)+(2.2)	494	25%	333	27%	229	29%
Outros Membros da Família:						
1 - A exercer atividade agrícola a tempo completo na exploração ¹⁷	-	-	-	-	-	-
2 – A exercer atividade agrícola a tempo parcial na exploração: ¹⁸	-	-	-	-	-	-
2.1 – A exercer dupla atividade (atividade remunerada exterior)	266	30%	161	33%	96	36%
2.2 – Ocupação de tempo não determinada ¹⁹	621	70%	333	67%	171	64%
Total Outros Membros da Família (2.1)+(2.2)	887	45%	494	40%	267	34%
População Agrícola Familiar (totais)	1.975	100%	1.236	100%	793	100%

Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Em 1989 e em 2009, 21% dos produtores agrícolas singulares declararam exercer atividades agrícolas a tempo completo na sua exploração agrícola. Em 1999 esta

¹³ O valor referente a ocupação de tempo não determinada foi apurado considerando o número de produtores singulares agrícolas a exercer atividade agrícola a tempo parcial na exploração e subtraindo o número de produtores a exercer dupla atividade (atividade remunerada exterior).

¹⁴ Não existem dados disponíveis que permitam quantificar este indicador.

¹⁵ Não existem dados disponíveis que permitam quantificar este indicador.

¹⁶ O valor referente a ocupação de tempo não determinada foi apurado considerando o número total de cônjuges e subtraindo o número dos que exercem dupla atividade (atividade remunerada exterior).

¹⁷ Não existem dados disponíveis que permitam quantificar este indicador.

¹⁸ Não existem dados disponíveis que permitam quantificar este indicador.

¹⁹ O valor referente a ocupação de tempo não determinada foi apurado considerando o número total de outros membros da família e subtraindo o número dos que exercem dupla atividade (atividade remunerada exterior).

percentagem desceu para 16% (Quadro 3.1). A conjugação da percentagem de produtores singulares que exercem atividades agrícolas na sua exploração a tempo completo com as UTAs médias do produtor agrícola (0,56 em 1989 e 0,54 em 1999 e 2009), aponta para a existência de tempo não ocupado em atividades agrícolas. Não se encontram disponíveis dados sobre o tempo de atividade despendido na exploração agrícola pelos cônjuges e pelos outros membros do agregado familiar, mas existem dados que mostram que as UTAs médias dos cônjuges foram de 0,54 em 1989 e de 0,45 em 1999 e 2009 (Quadro 3.5). As UTAs médias dos outros membros da família foram de 0,35 em 1989, 0,25 em 1999 e 0,28 em 2009. De salientar que as UTAs médias por exploração agrícola em Portugal decresceram de 1,4 em 1989 para 1,3 em 1999 e para 1,2 em 2009 (Quadro 3.3).

Os dados mostram que, em 1989 e 2009, 79% dos produtores agrícolas singulares exerciam atividades agrícolas a tempo parcial na exploração, sendo esta percentagem de 84% em 1999. Encontram-se evidências empíricas nos Recenseamentos Agrícolas que apontam para a existência de pluriatividade nas explorações agrícolas, nomeadamente nos dados referentes à população que exerce dupla atividade (atividade remunerada exterior à exploração agrícola), a qual representava 37%, 30% e 26% para os produtores agrícolas em 1989, 1999 e 2009, respetivamente. De salientar que, efetuadas as somas das percentagens de produtores agrícolas singulares que exercem a atividade agrícola a tempo inteiro e as percentagens dos produtores agrícolas duplo-ativos, ficam por identificar as atividades exercidas por 44%, 52% e 54% dos produtores agrícolas em 1989, 1999 e 2009 respetivamente, conforme se pode verificar no Quadro 3.9. A ocupação de tempo não determinada dos cônjuges é superior à dos produtores, representando um peso percentual de 82%, 76% e 72% em 1989, 1999 e 2009, respetivamente. Finalmente, a ocupação de tempo dos outros membros da família mostra uma fatia de 70%, 67% e 74% de atividades não determinadas em 1989, 1999 e 2009, respetivamente (a ressalvar que uma parcela são jovens não adultos). De salientar que a percentagem de população agrícola familiar para a qual não foram determinadas as atividades apresenta uma tendência de crescimento para o produtor agrícola singular e de redução para os cônjuges e os outros membros da família. De salientar que, enquanto os cônjuges e os outros membros da família cada vez mais se dedicam ao exercício de atividades remuneradas exteriores à exploração agrícola, numa lógica de subsistência familiar assente na pluriatividade, dá-se o aumento da proporção de produtores para os quais não se identifica a atividade exercida, o que poderá ser indicativo de subocupação ou de subemprego.

É de referir que, em termos regionais, é na Região Alentejo que, em 2009, se verifica a percentagem mais elevada de produtores que trabalham para a sua exploração agrícola a tempo parcial (48%), no segmento de alocação de tempo mais reduzido, que se situa entre os 0% e os 25% (Quadro 3.1).

Passando à análise da segunda perspetiva de observação da tipologia de estatutos de trabalho, que se consubstancia na situação na profissão exterior à exploração agrícola, o INE classificou a população agrícola familiar segundo os seguintes estatutos de trabalho: patrão / empregador, trabalhador por conta própria, trabalhador por conta de outrem e trabalhador familiar remunerado (Quadro 3.10). Estão disponíveis dados para 1989 e 1999.

Quadro 3.10 – Estatutos de trabalho da população agrícola familiar (situação na profissão – exterior à exploração agrícola), em milhares de pessoas e por peso percentual:

Principais estatutos de trabalho	1989		1999	
	N.º	%	N.º	%
Produtor:				
Situação na profissão (exterior à exploração agrícola):	594	100%	409	100%
- Patrão / empregador	280	47%	141	35%
- Trabalhador p/ conta própria	290	49%	249	61%
- Trabalhador p/ conta de outrem	17	3%	9	2%
- Trabalhador familiar remunerado	6	1%	10	2%
Cônjuges:				
Situação na profissão (exterior à exploração agrícola):	494	100%	333	100%
- Patrão / empregador	271	54%	135	41%
- Trabalhador p/ conta própria	206	42%	182	55%
- Trabalhador p/ conta de outrem	13	3%	7	2%
- Trabalhador familiar remunerado	4	1%	10	2%
Outros Membros da Família:				
Situação na profissão (exterior à exploração agrícola):	887	100%	494	100%
- Patrão / empregador	294	33%	128	26%
- Trabalhador p/ conta própria	492	56%	281	57%
- Trabalhador p/ conta de outrem	91	10%	60	12%
- Trabalhador familiar remunerado	11	1%	25	5%
População Agrícola Familiar (totais)	1.975	100%	1.236	100%

Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999

Em síntese, os cônjuges apresentam o maior peso percentual na situação na profissão patrão / empregador, 54% e 41% em 1989 e 1999, respetivamente. Os produtores têm maior peso percentual como trabalhadores por conta própria, 61% em 1999, enquanto em 1989 são os outros membros da família que apresentam maior peso nesta situação na profissão, 56%. As situações na profissão de trabalhador por conta de outrem e de trabalhador familiar remunerado são despicientes para os produtores e para os cônjuges, mas, para os outros membros da família, a situação de trabalhador por conta de outrem representa 10% e 12% em 1989 e 1999, respetivamente.

Conclusão

Como se viu, o tipo de exploração agrícola dominante em Portugal entre 1990 e 2010 era a do produtor agrícola singular, o qual representava, em 2009, 98% do total das explorações agrícolas, embora neste período de tempo se tenha verificado uma redução significativa do número de explorações agrícolas do produtor singular, que passaram de 594 mil em 1989 para 297 mil em 2009. Conforme Alberto e Almeida (2011) referem, a PAC tem sido ineficiente do ponto de vista da fixação populacional. Com efeito, os dados dos Recenseamentos Agrícolas do INE de 1989, 1999 e 2009 mostram que a população agrícola familiar diminuiu consideravelmente ao longo do período de 1990 a 2010, passando de cerca de 2 milhões em 1989 para 0,8 milhões em 2009. Para este decréscimo concorreram sobretudo outros membros da família e os estratos etários dos 15 aos 44 anos.

Os dados provenientes dos Recenseamentos Agrícolas revelaram duas perspetivas de análise dos estatutos de trabalho da população agrícola familiar, a primeira das quais assenta na ocupação do produtor a tempo completo ou a tempo parcial na sua exploração agrícola e a segunda baseia-se na análise da situação na profissão exterior à exploração agrícola da população agrícola familiar. Em síntese, realçam-se os seguintes aspetos:

- 1) O exercício da atividade agrícola a tempo completo, identificativo de um estatuto de trabalho, nas décadas em análise abrangia 21% dos produtores agrícolas singulares em 1989 e 2009 e, em 1999, 16%;
- 2) A dupla-atividade medida através do exercício de atividades remuneradas exteriores à respetiva exploração agrícola, identificativa de outro estatuto de trabalho, abrangia, em 1989 e 1999, 29% da população agrícola familiar, e 30%, em 2009, apesar do decréscimo evidenciado pelos dados dos Recenseamentos Agrícolas deste universo.
- 3) Existe uma percentagem não despreciable da população agrícola familiar para a qual não foi possível, através dos dados dos Recenseamentos Agrícolas, determinar qual a atividade ou atividades a que se dedicam. Estas percentagens representam, em 1989 e 1999, 65% da população agrícola familiar e, em 2009, 62%. De referir que os dados disponíveis não identificam qual o tempo de ocupação do cônjuge e dos outros membros da família nas atividades agrícolas da exploração; no entanto, os dados referentes aos produtores agrícolas singulares mostram a proporção que se dedica a tempo completo à sua exploração agrícola e os produtores duplo-ativos,

ficando por determinar quais as atividades praticadas por 42% dos produtores agrícolas singulares em 1989, 54% em 1999 e 53% em 2009, o que poderá apontar para subocupação ou mesmo subemprego.

- 4) Atendendo às UTAs médias do produtor agrícola singular, que decresceram de 0,56 em 1989 para 0,54 em 2009, identificou-se de novo a existência de tempo não ocupado em atividades agrícolas da exploração, o que também aponta para a existência eventual de subocupação ou de subemprego entre os produtores agrícolas singulares.
- 5) A análise da situação na profissão da população agrícola familiar exterior à exploração agrícola mostra o estatuto de trabalhador por conta própria, como sendo o maioritariamente praticado pela população agrícola familiar, representando 55% em 1989 e aumentando para 64% em 1999, apesar do decréscimo da população agrícola familiar verificado nesta década. O patrão / empregador, embora tenha vindo a perder peso percentual, é um estatuto de trabalho praticado por cerca de 33% da população agrícola familiar. Os estatutos de trabalho de trabalhador por conta de outrem e de trabalhador familiar remunerado são pouco relevantes, embora o último apresente uma tendência para o aumento do seu peso percentual.

Neste momento, importa novamente recordar a indissociabilidade existente entre a economia doméstica e a atividade agrícola de carácter mercantil, referida por Barros e Mendes (1983), fator que pode dificultar a identificação dos estatutos de trabalho da população agrícola familiar. O INE define a população agrícola familiar como «conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração». Esta definição engloba todas as atividades de trabalho, agrícolas ou outras, de produção para venda ou para consumo próprio, realizadas pela população agrícola familiar, o que concorre ainda mais para a dificuldade em determinar todos os estatutos de trabalho praticados por este universo.

Para Barros (1981), a composição e natureza do agregado doméstico condicionam fortemente o modo de exploração agrícola, por poderem promover comportamentos de imobilismo ou de mudança. As estatísticas do INE revelam que, em 2009, 96% dos produtores singulares manifestaram intenções de continuar a exercer a atividade agrícola, embora não seja possível determinar em que moldes (de imobilismo ou de mudança) se dará essa continuidade. A principal razão apresentada para a continuidade da exploração

agrícola é o valor afetivo, que representa 47% do total das razões, seguido pelo complemento ao rendimento familiar, que representa 34% das mesmas.

A subsistência de 94% das explorações agrícolas em 2009 deve-se à existência de fontes de rendimento exteriores às explorações. Esta situação constitui evidência empírica da existência de pluriatividade nas explorações agrícolas como estratégia utilizada pela população agrícola familiar para a subsistência das suas explorações, confirmando os achados de Barros e Mendes (1983) e de Lima (1986 e 1990). A análise dos dados dos Recenseamentos Agrícolas não permite inferir a existência de estratégias familiares baseadas na multifuncionalidade devido à sua pouca relevância. A proporção das explorações agrícolas que se dedicam a atividades lucrativas não agrícolas é muita reduzida e com aparente tendência para o decréscimo passando de 8% para 5% no total do país. No entanto, a análise regional permite a identificação de padrões regionais diferenciados, onde se salienta na Região Norte o decréscimo do número de explorações agrícolas que se dedicam a atividades lucrativas não agrícolas, as quais passaram de 20 mil para 3 mil, e a tendência de crescimento destas explorações nas regiões Centro, Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira. Destas últimas, destaca-se a Região do Algarve com o maior aumento de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, que passou de 518 em 1999 para 1.594 em 2009. Embora a multifuncionalidade não tenha expressão generalizada no território português, os dados apontam para a possível existência de alguns focos regionais.

De salientar a existência de algumas limitações nos dados disponíveis, nomeadamente no que concerne à análise do exercício de atividade remunerada exterior à exploração agrícola, que apresenta dados estatísticos apenas para 1989 e 1999 e para a proporção de tempo dedicado à exploração agrícola própria, onde só foram identificados dados para o produtor agrícola singular. Uma outra limitação ao presente trabalho consiste no facto de se tratar de uma análise de âmbito macro, tendo a autora deparado no decurso do trabalho de investigação dos dados, com algumas tentações de aprofundamento da informação, nomeadamente sobre as tendências e especificidades da população agrícola familiar nas diversas regiões NUTS II. Para tal seria necessário proceder a inquéritos regionais para melhor se aferir o peso da pluriatividade e a possível existência de focos regionais de multifuncionalidade como estratégias familiares para garantir a subsistência das explorações agrícolas. Também seria interessante identificar as lógicas familiares específicas de subsistência e os modelos de pluriatividade regionais existentes nas explorações agrícolas familiares.

Fontes

Recenseamentos Agrícolas do INE de 1989, 1999 e 2009, disponíveis em www.ine.pt/

Bibliografia

- Almeida, Maria Antónia Pires (2004), "O Mundo Rural e os Novos Desafios", *II Congresso de Estudos Rurais*, em: http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema3/M_Almeida.pdf
- Amaral, Luciano (1994) "Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)", *Análise Social*, Volume XXIX (128), (4.º), pp. 889-906
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, Pedro Góis (2004), "The Unforeseen Wave: Migration from Eastern Europe to Portugal" em "*New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*", Metropolis Portugal, Luso-American Foundation, Lisbon, pp. 23-40.
- Baptista, Fernando Oliveira (1994), "A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à Comunidade Europeia", *Análise Social*, Volume XXIX (128), (4.º), pp. 907-921
- Barros, Afonso e Fernando Ribeiro Mendes (1983), "Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa", *Análise Social*, Volume XIX (75), (1.º), pp. 57-78
- Brannen, Julia (2005), "Mixed Methods Research: a discussion paper", *Economic & Social Research Council*, National Centre for Research Methods, em [URL:http://eprints.ncrm.ac.uk/89/1/MethodsReviewPaperNCRM-005.pdf](http://eprints.ncrm.ac.uk/89/1/MethodsReviewPaperNCRM-005.pdf)
- Bryman, Alan (2006) "Integrating quantitative and qualitative research: how is it done?" *Qualitative Research*, (6), pp. 97-113
- Bryman, Alan (2007) "Barriers to integrating quantitative and qualitative research" *Journal of Mixed Methods Research*, (1), pp. 8-22
- Bryman, Alan (1989), *Research Methods and Organization Studies*, Routledge, London and New York
- Cavaco, Carminda (2004), "Desafios de Desenvolvimento Rural – Notas de Leitura", *Finisterra* XXXIX, 78, pp. 99-112
- Cordovil, Francisco Cabral (1993), "A (socio)economia da agricultura portuguesa nos anos 80: factos e ideias", *Análise Social*, vol. XXVIII (121), (2.º), pp. 187-233
- Covas, António e Maria das Mercês Covas (2008), "Retratos Portugueses de Agricultura Multifuncional", VI Congresso Português de Sociologia, *Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Área Temática: Sessão Intertemática – saberes tradicionais e novas práticas agro-florestais*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, junho

Covas, António (2005), “ A criação de PME’s em espaço rural – Problemas e Desafios da experiência portuguesa”, em:

<http://www.habitat->

[rural.org/pdf/Adjuntos%20%20Encuentro/Ponencias%20%20Encuentro/Creacion%20de%20empresas%20por%20Antonio%20Covas.pdf](http://www.habitat-rural.org/pdf/Adjuntos%20%20Encuentro/Ponencias%20%20Encuentro/Creacion%20de%20empresas%20por%20Antonio%20Covas.pdf)

Estrada, Eduardo Moyano (2005), “Nuevas Orientaciones de la Política Europea de Desarrollo Rural”, *Revista de Fomento Social*, n.º 60, pp. 219-24

Ferrão, João (2000), “Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 45-54

Fonseca, Maria Lucinda, João Alegria, Alexandra Nunes (2004), em “Immigration to Medium Sized Cities and Rural Areas: The Case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Metropolis Portugal, Luso-American Foundation, Lisbon, pp. 91-117

Kasimis, Charalambos (2010), “Demographic trends in rural Europe and international migration to rural areas” *Agriregionieuropa, Associazione Alessandro Bartola, studi e ricerche di economia e politica agraria*, Anno 6, Numero 21, Giugno

Lima, Aida Valadas (1986), “A agricultura a tempo parcial em Portugal – uma primeira aproximação à sua quantificação”, *Análise Social*, vol. XXII (91), (2.º), pp. 371-379

Lima, Aida Valadas (1990), “Agricultura de Pluriatividade e Integração Espacial”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 8, pp. 55-61

Lima, Aida Valadas (2007), “Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspetivas para o Desenvolvimento Rural?”, *Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. SPER / Ualg, 2008

Lima, Aida Valadas (2011), *Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000*, ISCTE-IUL, Lisboa

Patrício, Maria Teresa; Aida Valadas Lima; Eleutério Sampaio (1996), “Tradução e implementação das medidas agro-ambientais em Portugal”, *II Congresso Português de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia, Oeiras, Celta Editora

Rodrigo, Isabel (1986), “Feminização da agricultura”, *Análise Social*, Volume XXII (92-93), (3.º), (4.º), pp. 643-652

Silva, Augusto Santos e J. Madureira Pinto (1986), (Organizadores), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento

Silva, Manuel Carlos (2000), "A Agricultura Portuguesa, o Estado e a PAC Europeia", *Sociedade e Cultura I, Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 13 (I), pp. 51-80

Van Huylenbroeck, Guido, *et al* (2007) (orgs.); "Multifunctionality of Agriculture: A Review of Definitions, Evidence and Instruments", *Living Reviews in Landscape Research*, <http://www.livingreviews.org/lrlr-2007-3>

Wall, Karin (1986), "A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo", *Análise Social*, Volume XXII (92-93), (3.º-4.º), pp. 661-668

Anexo A – Metainformação dos indicadores: Conceitos e fórmulas de cálculo

Para o presente estudo foram utilizados os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) como fonte de informação estatística, nomeadamente os Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009. Os conceitos integrados nos dados estatísticos e nos indicadores do INE são os seguintes, ordenados alfabeticamente:

Atividades Lucrativas não Agrícolas da Exploração:

Atividades lucrativas da exploração, que não sejam agricultura, mas que estejam diretamente relacionadas com a atividade agrícola e que utilize os recursos da exploração.

Dirigente da Exploração:

Pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e que tem nela, obrigatoriamente uma ocupação regular. Entende-se por gestão quotidiana da exploração a tomada de decisões dia a dia, respeitantes aos trabalhos a realizar na exploração e às operações sem grande repercussão económica, no andamento da exploração.

Exploração Agrícola – definição 1:

Unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como, mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

1. Produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;
2. Atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais);
3. Estar submetida a uma gestão única;
4. Estar localizada num local bem determinado e identificável.

Exploração Agrícola – definição 2:

Unidade técnico-económica que utiliza mão-de-obra e fatores de produção próprios e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

- a) Produzir um ou vários produtos agrícolas;
- b) Atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.);
- c) Estar submetida a uma gestão única;
- d) Estar localizada num lugar determinado e identificável.

Formação Agrícola Exclusivamente Prática:

Formação resultante exclusivamente de um trabalho prático desenvolvido numa ou em mais explorações agrícolas.

Formação Profissional Agrícola Completa:

Formação adquirida através de um curso, de pelo menos 2 anos, subsequente à conclusão da escolaridade obrigatória, concluído numa escola secundária, numa escola agrícola ou numa

universidade, nos domínios da agricultura, horticultura, viticultura, silvicultura, piscicultura, veterinária, tecnologia agrícola ou em domínios associados.

Grupo Etário:

Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

Nível de Escolaridade:

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Período de Referência:

Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).

População Agrícola Familiar:

Conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

População Ativa:

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População Residente:

Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Produtor Agrícola:

Responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

Produtor Singular:

Produtor agrícola enquanto pessoa física, englobando o produtor autónomo e o produtor empresário. Excluem-se as entidades coletivas tais como: sociedades, cooperativas, Estado, etc.

Situação na Profissão (Exterior à Exploração Agrícola)

Relação de dependência ou independência de um indivíduo ativo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

Subsídio:

Quantia concedida pelo Estado a empresas, sem contrapartida direta, para assegurar o prosseguimento da atividade económica que exercem.

Tempo de Atividade na Exploração Agrícola:

Tempo de trabalho consagrado aos trabalhos agrícolas e para-agrícolas da exploração agrícola.

Unidade de Trabalho Ano (UTA):

Unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

Foram consideradas as seguintes fórmulas de cálculo para os indicadores:

Proporção das explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas (%):

(Número de explorações com atividades lucrativas não agrícolas / Número total de explorações agrícolas) * 100

Proporção de explorações agrícolas com implementação de elementos de paisagem (%):

(Explorações agrícolas com implementação de elementos de paisagem / Explorações agrícolas) * 100

Proporção de explorações agrícolas com manutenção de elementos da paisagem (%):

(Explorações agrícolas com manutenção de elementos da paisagem / Explorações agrícolas) * 100

Proporção da população agrícola familiar na população residente (%):

(População agrícola familiar / População residente) * 100

Superfície total da exploração:

Soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração.

Taxa de feminização da população agrícola familiar:

(Número de mulheres pertencentes à população agrícola familiar / Total população agrícola familiar) * 100

UTA das explorações agrícolas:

Volume de trabalho da mão-de-obra agrícola / Número de explorações agrícolas

UTA da população agrícola familiar:

Volume de trabalho da população agrícola familiar / Número de indivíduos da população agrícola familiar

Anexo B – Quadros

Quadro 2.1 – Explorações Agrícolas por SAU – repartição por tipo e por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:

Explorações Agrícolas por SAU - repartição por tipologia e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	2009				1999				1989			
	Explorações agrícolas (N.º)	Repartição Geo. (%)	Superfície Agrícola Utilizada (ha)	Repartição Sup. Agr. Utilizada (%)	Explorações agrícolas (N.º)	Repartição Geo. (%)	Superfície Agrícola Utilizada (ha)	Repartição Sup. Agr. Utilizada (%)	Explorações agrícolas (N.º)	Repartição Geo. (%)	Superfície Agrícola Utilizada (ha)	Repartição Sup. Agr. Utilizada (%)
Portugal	305.266	100%	4.709.133	100%	415.969	100%	5.188.938	100%	598.742	100%	5.316.161	100%
Continente	278.114	91%	4.571.532	97%	382.163	92%	5.039.568	97%	550.879	92%	5.157.214	97%
Norte	110.841	36%	931.928	20%	137.552	33%	1.011.936	20%	192.213	32%	1.110.709	21%
Centro	105.092	34%	879.726	19%	162.373	39%	1.168.255	23%	241.898	40%	1.313.038	25%
Lisboa	7.602	2%	110.512	2%	12.208	3%	121.212	2%	19.833	3%	127.082	2%
Alentejo	42.196	14%	2.484.177	53%	51.059	12%	2.510.587	48%	70.792	12%	2.331.540	44%
Algarve	12.383	4%	165.189	4%	18.971	5%	227.578	4%	26.143	4%	274.845	5%
Região Autónoma dos Açores	13.541	4%	130.463	3%	19.280	5%	140.553	3%	24.706	4%	148.139	3%
Região Autónoma da Madeira	13.611	4%	7.138	0%	14.526	3%	8.817	0%	23.157	4%	10.808	0%

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas 1989, 1999 e 2009

Quadro 2.2 – População Agrícola Familiar total por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:

População Agrícola Familiar total em Portugal por localização geográfica (NUTS II - 2002) análise decenal 1989, 1999, 2009 e tendência 1989-2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	1989		1999		2009		Evolução 1989-2009
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Portugal	1.974.808	100%	1.236.214	100%	793.169	100%	-149%
Continente	1.799.736	91%	1.123.418	91%	709.928	90%	-154%
Norte	722.991	37%	445.403	36%	302.117	38%	-139%
Centro	759.883	38%	466.293	38%	267.935	34%	-184%
Lisboa	57.140	3%	32.650	3%	17.929	2%	-219%
Alentejo	189.803	10%	131.100	11%	92.740	12%	-105%
Algarve	69.919	4%	47.972	4%	29.207	4%	-139%
Região Autónoma dos Açores	92.351	5%	68.340	6%	42.481	5%	-117%
Região Autónoma da Madeira	82.721	4%	44.456	4%	40.760	5%	-103%

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas 1989, 1999 e 2009

Quadro 2.3 – Proporção da população agrícola familiar relativamente à população residente por relação de parentesco e por NUTS II em 1999 e 2009:

População Agrícola Familiar - Proporção relativamente à população residente por relação de parentesco e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1999 e 2009 (análise decenal)

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	1999				2009				Tendência 1999-2009			
	Produtor	Cônjuge	Outros Memb. Família	Total	Produtor	Cônjuge	Outros Memb. Família	Total	Produtor	Cônjuge	Outros Memb. Família	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	p.p.	p.p.	p.p.	p.p.
Portugal	4,00	3,30	4,80	12,10	2,80	2,20	2,50	7,50	-1,20	-1,10	-2,30	-4,60
Continente	3,90	3,20	4,50	11,60	2,70	2,10	2,30	7,10	-1,20	-1,10	-2,20	-4,50
Norte	3,70	3,00	5,50	12,20	2,90	2,20	2,90	8,00	-0,80	-0,80	-2,60	-4,20
Centro	7,00	5,90	7,40	20,30	4,30	3,50	3,40	11,20	-2,70	-2,40	-4,00	-9,10
Lisboa	0,40	0,40	0,40	1,20	0,30	0,20	0,20	0,70	-0,10	-0,20	-0,20	-0,50
Alentejo	6,40	5,20	5,50	17,10	5,20	3,80	3,30	12,30	-1,20	-1,40	-2,20	-4,80
Algarve	5,00	3,90	3,90	12,80	2,80	2,00	1,90	6,70	-2,20	-1,90	-2,00	-6,10
Região Autónoma dos Açores	8,00	6,60	14,10	28,70	5,40	4,40	7,50	17,30	-2,60	-2,20	-6,60	-11,40
Região Autónoma da Madeira	5,90	3,70	8,80	18,40	5,50	3,60	7,40	16,50	-0,40	-0,10	-1,40	-1,90

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas 1999 e 2009

Quadro 2.4 – População agrícola familiar por sexo e NUTS II em 2009:

População Agrícola Familiar em Portugal - repartição por sexo e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	H			M			Total		
	N.º	Repartição Sexo (%)	Repartição Geo. (%)	N.º	Repartição Sexo (%)	Repartição Geo. (%)	N.º	Repartição Sexo (%)	Repartição Geo. (%)
Portugal	404.832	51%	100%	388.337	49%	100%	793.169	100%	100%
Continente	362.404	51%	90%	347.524	49%	89%	709.928	100%	90%
Norte	150.836	50%	37%	151.281	50%	39%	302.117	100%	38%
Centro	137.409	51%	34%	130.526	49%	34%	267.935	100%	34%
Lisboa	9.522	53%	2%	8.407	47%	2%	17.929	100%	2%
Alentejo	49.419	53%	12%	43.321	47%	11%	92.740	100%	12%
Algarve	15.218	52%	4%	13.989	48%	4%	29.207	100%	4%
Região Autónoma dos Açores	22.505	53%	6%	19.976	47%	5%	42.481	100%	5%
Região Autónoma da Madeira	19.923	49%	5%	20.837	51%	5%	40.760	100%	5%

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola de 2009

Quadro 2.5 – Evolução decenal da população agrícola Familiar por sexo e NUTS II de 1989 a 2009:

População Agrícola Familiar em Portugal - evolução por decénio, por sexo e por localização geográfica (NUTS II - 2002) de 1989 a 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Evolução Total 1989 / 2009	Tendência H 1989 / 2009	Tendência M 1989 / 2009
Portugal	-149%	-146%	-152%
Continente	-154%	-151%	-156%
Norte	n/a	n/a	n/a
Centro	n/a	n/a	n/a
Lisboa	n/a	n/a	n/a
Alentejo	n/a	n/a	n/a
Algarve	n/a	n/a	n/a
Região Autónoma dos Açores	-117%	-111%	-125%
Região Autónoma da Madeira	-103%	-92%	-113%

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Quadro 2.6 - Evolução decenal da população agrícola Familiar por relação de parentesco e NUTS II de 1989 a 2009:

População Agrícola Familiar - evolução por decénio, por relação de parentesco e por localização geográfica (NUTS II - 2002) de 1989 a 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Evolução Total 1989 / 2009	Produtor 1989 / 2009	Conjuge 1989 / 2009	Outros (*) 1989 / 2009
Portugal	-149%	-100%	-116%	-232%
Continente	-154%	-102%	-119%	-245%
Norte	n/a	n/a	n/a	n/a
Centro	n/a	n/a	n/a	n/a
Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a
Alentejo	n/a	n/a	n/a	n/a
Algarve	n/a	n/a	n/a	n/a
Região Autónoma dos Açores	-117%	-83%	-92%	-157%
Região Autónoma da Madeira	-103%	-71%	-73%	-142%

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Quadro 2.7 - Evolução decenal da população agrícola Familiar por estrato etário e NUTS II de 1989 a 2009:

População Agrícola Familiar - evolução por decénio, por estrato etário e por localização geográfica (NUTS II - 2002) de 1989 a 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Evolução Total 1989 / 2009	15 - 24 anos 1989 / 2009	25 - 34 anos 1989 / 2009	35 - 44 anos 1989 / 2009	45 - 54 anos 1989 / 2009	55 - 64 anos 1989 / 2009	+65 anos 1989 / 2009
Portugal	-149%	-458%	-179%	-153%	-133%	-118%	-27%
Continente	-154%	-502%	-190%	-168%	-144%	-121%	-25%
Norte	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Centro	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Alentejo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Algarve	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Região Autónoma dos Açores	-117%	-223%	-120%	-84%	-42%	-76%	-84%
Região Autónoma da Madeira	-103%	-273%	-99%	-39%	-57%	-84%	-33%

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Quadro 3.1 – Tempo de atividade agrícola dos produtores singulares em proporção e por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:

População Agrícola Familiar - Tempo de atividade agrícola dos produtores em proporção e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1989

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Tempo completo (*)	Tempo parcial					Tempo Total
	%	0% - <25%	25% - <50%	50% - <75%	75% - 100%	Total Tempo Parcial	
Portugal	20,85%	27,51%	20,65%	14,53%	16,46%	79,15%	100,00%
Continente	21,77%	25,69%	20,52%	14,82%	17,20%	78,23%	100,00%
Norte	25,65%	23,21%	17,16%	14,65%	19,33%	74,35%	100,00%
Centro	21,28%	25,09%	21,40%	14,88%	17,35%	78,72%	100,00%
Lisboa	20,97%	14,89%	28,55%	20,43%	15,17%	79,04%	100,00%
Alentejo	13,89%	37,05%	23,97%	13,90%	11,19%	86,11%	100,00%
Algarve	19,35%	27,21%	22,05%	13,85%	17,53%	80,64%	100,00%
Região Autónoma dos Açores	14,82%	49,20%	20,23%	8,91%	6,83%	85,17%	100,00%
Região Autónoma da Madeira	5,54%	47,69%	24,04%	13,44%	9,29%	94,46%	100,00%

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 1989

(*) 225 dias ou 1800 horas/ano

População Agrícola Familiar - Tempo de atividade agrícola dos produtores em proporção e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1999

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Tempo completo (*)	Tempo parcial					Tempo Total
	%	0% - <25%	25% - <50%	50% - <75%	75% - 100%	Total Tempo Parcial	
Portugal	16,38%	29,39%	20,90%	13,63%	19,69%	83,61%	100,00%
Continente	16,89%	27,83%	20,84%	13,84%	20,60%	83,11%	100,00%
Norte	21,47%	22,83%	18,73%	13,90%	23,08%	78,54%	100,01%
Centro	14,09%	27,04%	22,26%	14,88%	21,73%	85,91%	100,00%
Lisboa	21,81%	26,04%	21,98%	12,01%	18,16%	78,19%	100,00%
Alentejo	16,28%	40,66%	20,25%	10,30%	12,50%	83,71%	100,00%
Algarve	6,20%	38,38%	24,74%	15,02%	15,66%	93,80%	100,01%
Região Autónoma dos Açores	14,50%	52,93%	18,49%	6,42%	7,66%	85,50%	100,01%
Região Autónoma da Madeira	5,52%	39,20%	25,77%	17,60%	11,90%	94,47%	100,00%

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 1999

(*) 225 dias ou 1800 horas/ano

População Agrícola Familiar - Tempo de atividade agrícola dos produtores em proporção e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Tempo completo (*)	Tempo parcial					Tempo Total
	%	0% - <25%	25% - <50%	50% - <75%	75% - 100%	Total Tempo Parcial	
Portugal	21,23%	30,15%	20,71%	13,07%	14,84%	78,77%	100,00%
Continente	21,61%	29,79%	20,28%	13,01%	15,31%	78,39%	100,00%
Norte	27,30%	24,01%	18,61%	13,28%	16,81%	72,71%	100,00%
Centro	20,47%	27,90%	20,90%	13,80%	16,94%	79,54%	100,00%
Lisboa	22,99%	29,01%	19,81%	12,60%	15,59%	77,01%	100,00%
Alentejo	11,76%	47,97%	22,22%	10,21%	7,84%	88,24%	100,00%
Algarve	11,16%	39,79%	24,16%	12,99%	11,90%	88,84%	100,00%
Região Autónoma dos Açores	23,66%	43,75%	20,59%	6,79%	5,21%	76,34%	100,00%
Região Autónoma da Madeira	11,25%	23,90%	29,41%	20,48%	14,96%	88,75%	100,00%

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 2009

(*) 225 dias ou 1800 horas/ano

Quadro 3.2 – Volume de trabalho total em UTA da população agrícola familiar por relação de parentesco e NUTS II em 1989, 1999 e 2009:

População Agrícola Familiar - Volume de trabalho total (UTA), repartição por tipologia de relação de parentesco e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1989

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Produtor	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Cônjuge	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Outros Membros da Família	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Total	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)
Portugal	329.559	46%	100%	237.389	33%	100%	153.930	21%	100%	720.878	100%	100%
Continente	311.206	45%	94%	231.050	34%	97%	145.231	21%	94%	687.487	100%	95%
Norte	116.633	42%	35%	82.697	30%	35%	80.049	29%	52%	279.379	100%	39%
Centro	137.116	45%	42%	116.009	38%	49%	51.775	17%	34%	304.900	100%	42%
Lisboa	11.462	52%	3%	7.275	33%	3%	3.304	15%	2%	22.041	100%	3%
Alentejo	31.755	57%	10%	16.821	30%	7%	7.062	13%	5%	55.638	100%	8%
Algarve	14.240	56%	4%	8.248	32%	3%	3.041	12%	2%	25.529	100%	4%
Região Autónoma dos Açores	9.811	60%	3%	2.388	15%	1%	4.022	25%	3%	16.221	100%	2%
Região Autónoma da Madeira	8.542	50%	3%	3.951	23%	2%	4.677	27%	3%	17.170	100%	2%

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 1989

População Agrícola Familiar - Volume de trabalho total (UTA), repartição por tipologia de relação de parentesco e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1999

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Produtor	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Cônjuge	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Outros Membros da Família	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Total	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)
Portugal	219.567	51%	100%	135.139	31%	100%	76.928	18%	100%	431.634	100%	100%
Continente	206.241	51%	94%	130.441	32%	97%	71.544	18%	93%	408.226	100%	95%
Norte	81.719	47%	37%	52.834	30%	39%	39.741	23%	52%	174.294	100%	40%
Centro	87.052	51%	40%	60.417	35%	45%	23.983	14%	31%	171.452	100%	40%
Lisboa	6.674	55%	3%	3.616	30%	3%	1.759	15%	2%	12.049	100%	3%
Alentejo	22.706	62%	10%	9.749	27%	7%	4.332	12%	6%	36.787	100%	9%
Algarve	8.090	59%	4%	3.825	28%	3%	1.729	13%	2%	13.644	100%	3%
Região Autónoma dos Açores	7.398	61%	3%	1.942	16%	1%	2.873	24%	4%	12.213	100%	3%
Região Autónoma da Madeira	5.928	53%	3%	2.756	25%	2%	2.511	22%	3%	11.195	100%	3%

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 1999

População Agrícola Familiar - Volume de trabalho total (UTA), repartição por tipologia de relação de parentesco e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Produtor	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Cônjuge	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Outros Membros da Família	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)	Total	Repartição Total PAF (%)	Repartição Geo. (%)
Portugal	160.356	54%	100%	90.171	31%	100%	43.891	15%	100%	294.418	100%	100%
Continente	147.344	54%	92%	85.776	31%	95%	39.666	15%	90%	272.786	100%	93%
Norte	65.654	52%	41%	40.011	31%	44%	21.423	17%	49%	127.088	100%	43%
Centro	57.060	54%	36%	35.665	34%	40%	13.152	12%	30%	105.877	100%	36%
Lisboa	4.003	58%	2%	1.942	28%	2%	912	13%	2%	6.857	100%	2%
Alentejo	15.313	64%	10%	5.770	24%	6%	2.957	12%	7%	24.040	100%	8%
Algarve	5.314	60%	3%	2.388	27%	3%	1.222	14%	3%	8.924	100%	3%
Região Autónoma dos Açores	6.099	66%	4%	1.427	16%	2%	1.661	18%	4%	9.187	100%	3%
Região Autónoma da Madeira	6.913	56%	4%	2.968	24%	3%	2.564	21%	6%	12.445	100%	4%

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 2009

Quadro 3.3 – UTAs médias por exploração agrícola e por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:

Unidade de Trabalho Ano (UTA) média por exploração agrícola e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1989, 1999 e 2009 (decenal)

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	2009	1999	1989	Variação 2009 - 1989
Portugal	1,2	1,3	1,4	-17%
Continente	1,2	1,3	1,5	-25%
Norte	1,3	1,5	1,7	-31%
Centro	1,2	1,2	1,4	-17%
Lisboa	1,4	1,4	1,5	-7%
Alentejo	1,1	1,2	1,3	-18%
Algarve	0,9	0,9	1,1	-22%
Região Autónoma dos Açores	0,9	0,8	0,8	11%
Região Autónoma da Madeira	1,1	0,9	0,8	27%

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Quadro 3.4 – Número médio de pessoas por exploração agrícola familiar por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:

População Agrícola Familiar - Número Médio Pessoas p/ Exploração Agrícola - repartição por tipologia e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1989, 1999 e 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	1989			1999			2009		
	N.º Explorações Produtor singular	N.º pessoas (PAF)	N.º Médio pessoas p/ exploração	N.º Explorações Produtor singular	N.º pessoas (PAF)	N.º Médio pessoas p/ exploração	N.º Explorações Produtor singular	N.º pessoas (PAF)	N.º Médio pessoas p/ exploração
Portugal	593.590	1.974.808	3	409.308	1.236.214	3	297.381	793.169	3
Continente	546.069	1.799.736	3	375.938	1.123.418	3	270.507	709.928	3
Norte	191.025	722.991	4	135.688	445.403	3	108.912	302.117	3
Centro	240.876	759.883	3	160.823	466.293	3	103.303	267.935	3
Lisboa	19.241	57.140	3	11.770	32.650	3	7.204	17.929	2
Alentejo	69.046	189.803	3	49.001	131.100	3	38.935	92.740	2
Algarve	25.881	69.919	3	18.656	47.972	3	12.153	29.207	2
Região Autónoma dos Açores	24.463	92.351	4	19.086	68.340	4	13.360	42.481	3
Região Autónoma da Madeira	23.058	82.721	4	14.284	44.456	3	13.514	40.760	3

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 1989, 1999 e 2009

Quadro 3.5 – UTAs médias por indivíduo por relação de parentesco e NUTS II em 1989, 1999 e 2009:

População Agrícola Familiar - Volume de trabalho médio por indivíduo (UTA), por relação de parentesco e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1989					População Agrícola Familiar - Volume de trabalho médio por indivíduo (UTA), por relação de parentesco e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1999				
Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Produtor	Cônjuge	Outros Membros da Família	Total	Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Produtor	Cônjuge	Outros Membros da Família	Total
Portugal	0,56	0,54	0,35	0,49	Portugal	0,54	0,45	0,25	0,42
Continente	0,57	0,56	0,35	0,50	Continente	0,55	0,46	0,25	0,43
Norte	0,61	0,57	0,39	0,52	Norte	0,60	0,50	0,27	0,45
Centro	0,57	0,61	0,33	0,52	Centro	0,54	0,47	0,23	0,43
Lisboa	0,60	0,51	0,33	0,51	Lisboa	0,57	0,45	0,29	0,47
Alentejo	0,46	0,36	0,27	0,39	Alentejo	0,46	0,31	0,22	0,37
Algarve	0,55	0,47	0,31	0,48	Algarve	0,43	0,30	0,20	0,34
Região Autónoma dos Açores	0,40	0,17	0,27	0,31	Região Autónoma dos Açores	0,39	0,17	0,20	0,27
Região Autónoma da Madeira	0,37	0,35	0,26	0,33	Região Autónoma da Madeira	0,42	0,36	0,25	0,35

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 1989

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 1999

População Agrícola Familiar - Volume de trabalho médio por indivíduo (UTA), por relação de parentesco e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Produtor	Cônjuge	Outros Membros da Família	Total
Portugal	0,54	0,45	0,28	0,45
Continente	0,54	0,45	0,28	0,45
Norte	0,60	0,51	0,31	0,50
Centro	0,55	0,47	0,25	0,45
Lisboa	0,56	0,41	0,29	0,46
Alentejo	0,39	0,26	0,23	0,32
Algarve	0,44	0,31	0,23	0,35
Região Autónoma dos Açores	0,46	0,23	0,27	0,36
Região Autónoma da Madeira	0,51	0,42	0,28	0,42

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 2009

Quadro 3.6 - População Agrícola Familiar com atividade remunerada exterior à exploração agrícola por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Total 1989				Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Total 1999			
	N.º Total Pop. Agrícola	Atividade Rem. Ext. (N.º)	% Ativ. Rem. Ext. no Total Pop. Agrícola	Repartição Geo. (%)		N.º Total Pop. Agrícola	Atividade Rem. Ext. (N.º)	% Ativ. Rem. Ext. no Total Pop. Agrícola	Repartição Geo. (%)
Portugal	1.974.808	575.217	29%	100%	Portugal	1.236.214	363.301	29%	100%
Continente	1.799.736	520.123	29%	90%	Continente	1.123.418	329.309	29%	91%
Norte	x 194.107	n/a	n/a	34%	Norte	x 120.338	n/a	n/a	33%
Centro	x 227.134	n/a	n/a	39%	Centro	x 143.708	n/a	n/a	40%
Lisboa	x 19.292	n/a	n/a	3%	Lisboa	x 10.724	n/a	n/a	3%
Alentejo	x 60.498	n/a	n/a	11%	Alentejo	x 39.988	n/a	n/a	11%
Algarve	x 19.092	n/a	n/a	3%	Algarve	x 14.551	n/a	n/a	4%
Região Autónoma dos Açores	92.351	24.715	27%	4%	Região Autónoma dos Açores	68.340	19.579	29%	5%
Região Autónoma da Madeira	82.721	30.379	37%	5%	Região Autónoma da Madeira	44.456	14.413	32%	4%

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Total 2009			
	N.º Total Pop. Agrícola	Atividade Rem. Ext. (N.º)	% Ativ. Rem. Ext. no Total Pop. Agrícola	Repartição Geo. (%)
Portugal	793.169	234.949	30%	100%
Continente	709.928	206.562	29%	88%
Norte	302.117	84.651	28%	36%
Centro	267.935	79.877	30%	34%
Lisboa	17.929	5.174	29%	2%
Alentejo	92.740	28.461	31%	12%
Algarve	29.207	8.399	29%	4%
Região Autónoma dos Açores	42.481	13.832	33%	6%
Região Autónoma da Madeira	40.760	14.555	36%	6%

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Quadro 3.7 – Proporção das explorações agrícolas com atividades não agrícolas lucrativas por NUTS II em 1999 e 2009:

Proporção das Explorações Agrícolas com Atividades Lucrativas não Agrícolas por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 1999 e 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	1999 %	2009 %	Variação %
Portugal	8,15	5,01	- 38,53
Continente	8,56	5,41	- 36,80
Norte	14,81	2,72	- 81,63
Centro	5,86	7,83	33,62
Lisboa	2,48	2,14	- 13,71
Alentejo	3,94	4,86	23,35
Algarve	2,73	12,87	371,43
Região Autónoma dos Açores	5,96	1,53	- 74,33
Região Autónoma da Madeira	0,10	0,24	140,00

Fonte: INE - Recenseamentos Agrícolas 1999 e 2009

Quadro 3.8 – Proporção das explorações agrícolas com implementação e manutenção de elementos de paisagem por tipo de elemento e NUTS II em 2009:

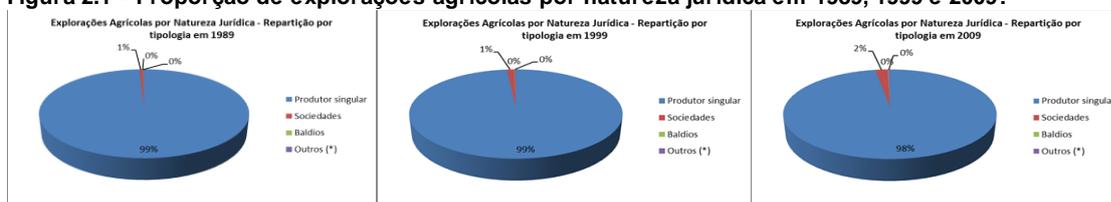
Proporção de Explorações Agrícolas com implementação e manutenção de elementos de paisagem por tipologia de elementos e por localização geográfica (NUTS II - 2002) em 2009

Localização geográfica (NUTS II - 2002)	Implementação de elementos de paisagem			Manutenção de elementos de paisagem		
	Sebes Vivas %	Linhas de Árvores %	Muros de Pedra %	Sebes Vivas %	Linhas de Árvores %	Muros de Pedra %
Portugal	0,57	0,34	3,14	4,84	4,42	48,24
Continente	0,52	0,35	2,84	3,25	4,24	46,40
Norte	0,33	0,33	4,20	2,50	7,02	67,03
Centro	0,61	0,41	2,58	3,80	2,59	41,21
Lisboa	2,32	0,36	1,10	6,96	1,79	12,52
Alentejo	0,50	0,33	0,52	3,26	2,17	11,20
Algarve	0,38	0,19	1,82	2,93	1,81	46,57
Região Autónoma dos Açores	1,99	0,28	1,99	41,89	12,27	66,12
Região Autónoma da Madeira	0,29	0,11	10,29	0,46	0,43	67,95

Fonte: INE - Recenseamento Agrícola 2009

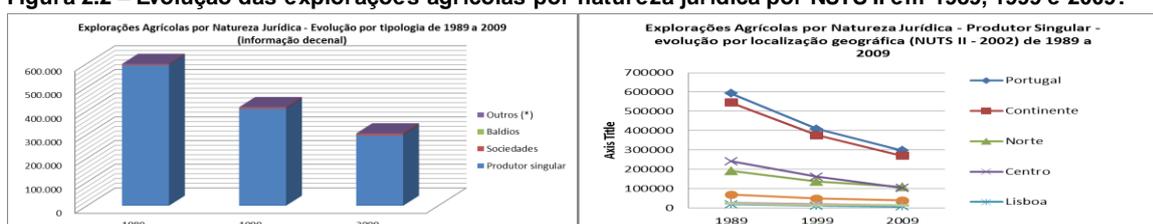
Anexo C – Figuras

Figura 2.1 – Proporção de explorações agrícolas por natureza jurídica em 1989, 1999 e 2009:



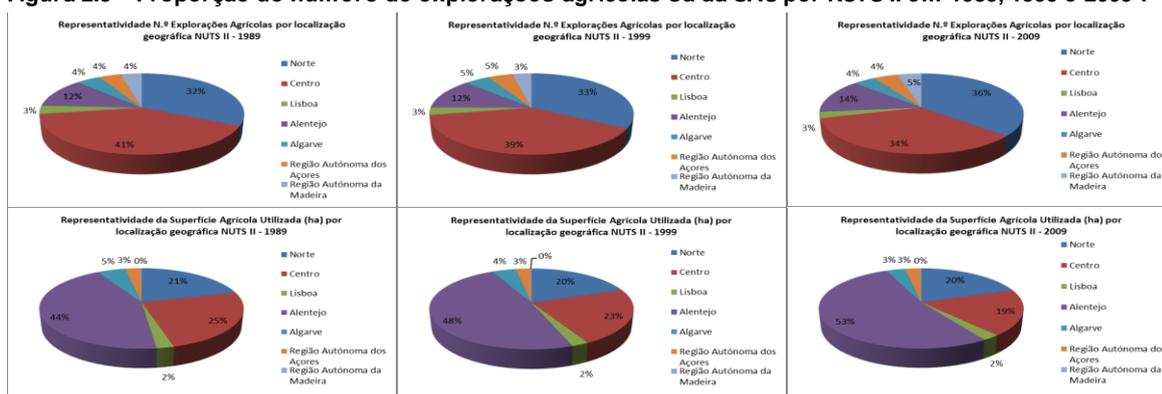
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 2.2 – Evolução das explorações agrícolas por natureza jurídica por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:



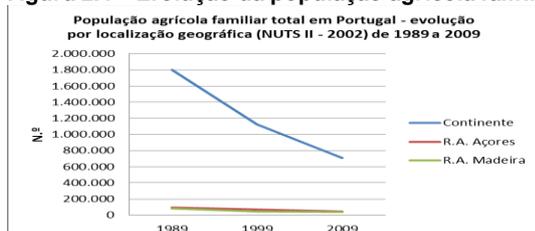
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 2.3 – Proporção do número de explorações agrícolas sa da SAU por NUTS II em 1989, 1999 e 2009 :



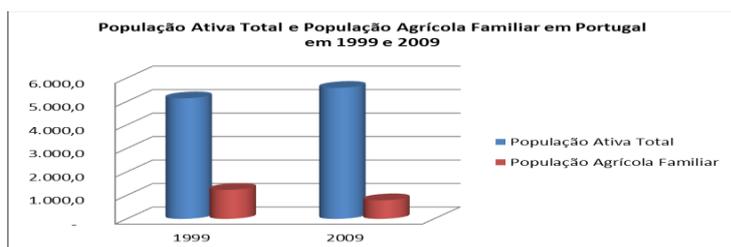
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 2.4 – Evolução da população agrícola familiar de 1989 a 2009:



Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas 1989, 1999 e 2009

Figura 2.5 – Comparação da população agrícola familiar com a população ativa total em 1999 e 2009:



Fontes: INE - Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009 (população agrícola familiar); INE – Inquérito Anual ao Emprego de 1999 e 2009 (população ativa total)

Figura 2.6 – Proporção da população agrícola familiar por sexo em 1989, 1999 e 2009:



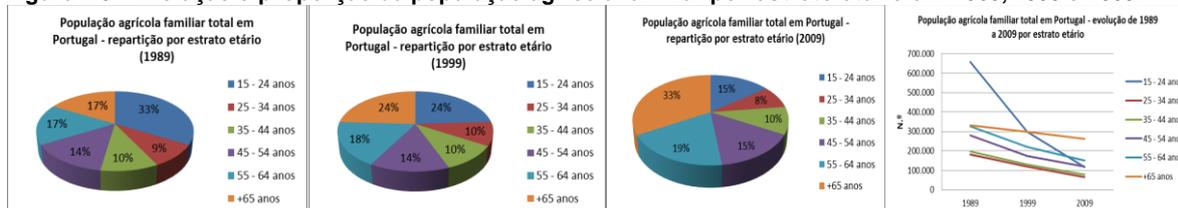
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 2.7 - Proporção da população agrícola familiar por relação de parentesco em 1989, 1999 e 2009:



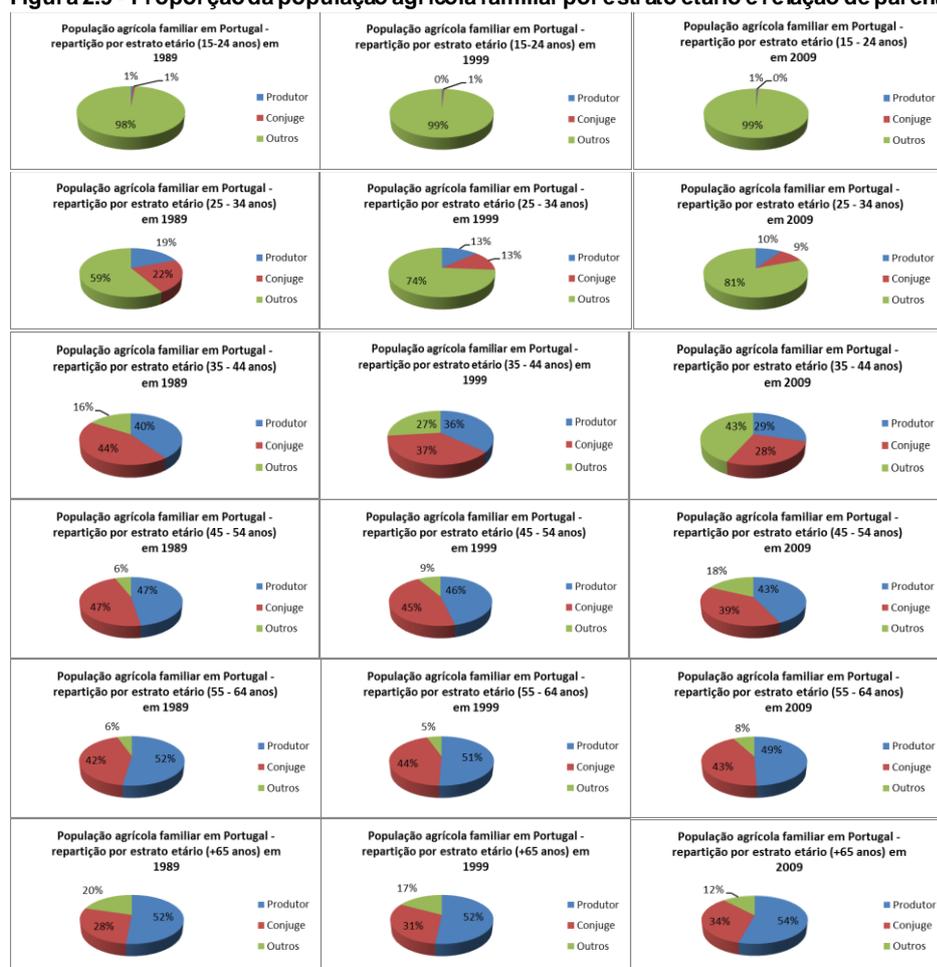
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 2.8 – Evolução e proporção da população agrícola familiar por estrato etário em 1989, 1999 e 2009:



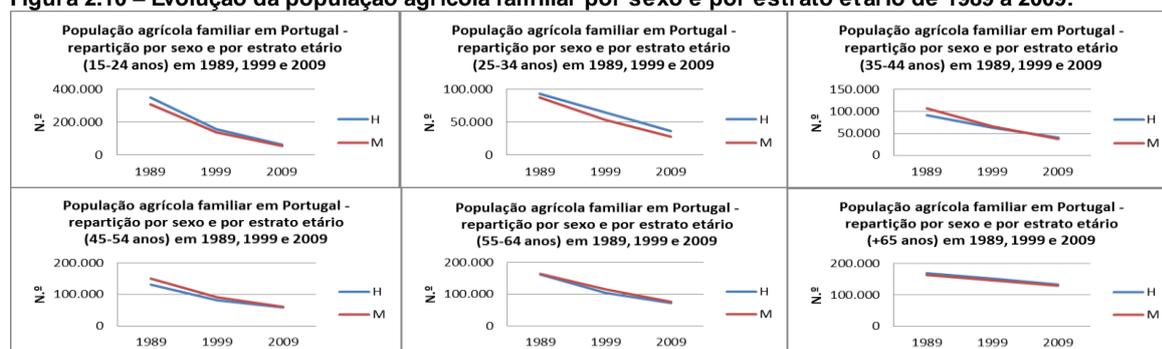
Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 1989, 1999 e 2009

Figura 2.9 - Proporção da população agrícola familiar por estrato etário e relação de parentesco em 1989, 1999 e 2009:



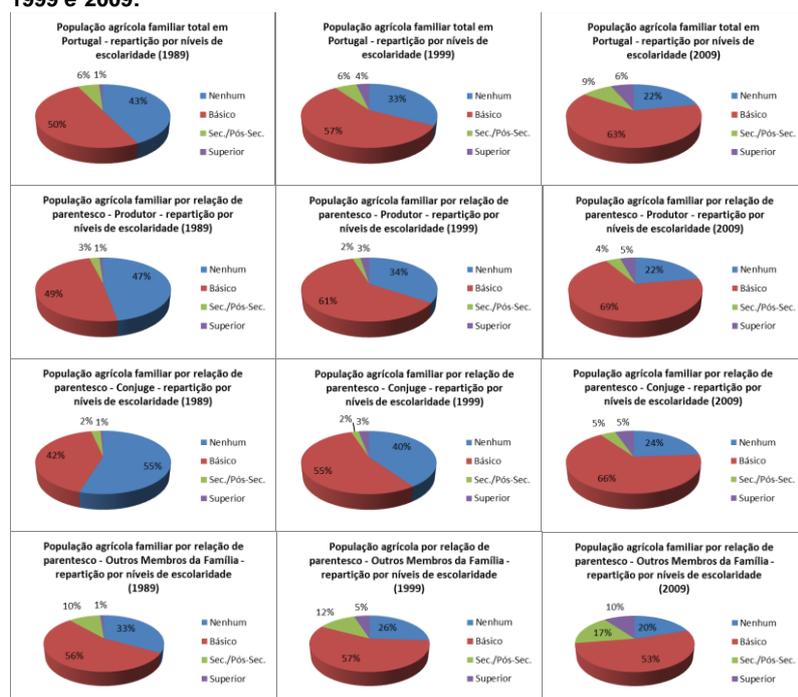
Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 1989, 1999 e 2009

Figura 2.10 – Evolução da população agrícola familiar por sexo e por estrato etário de 1989 a 2009:



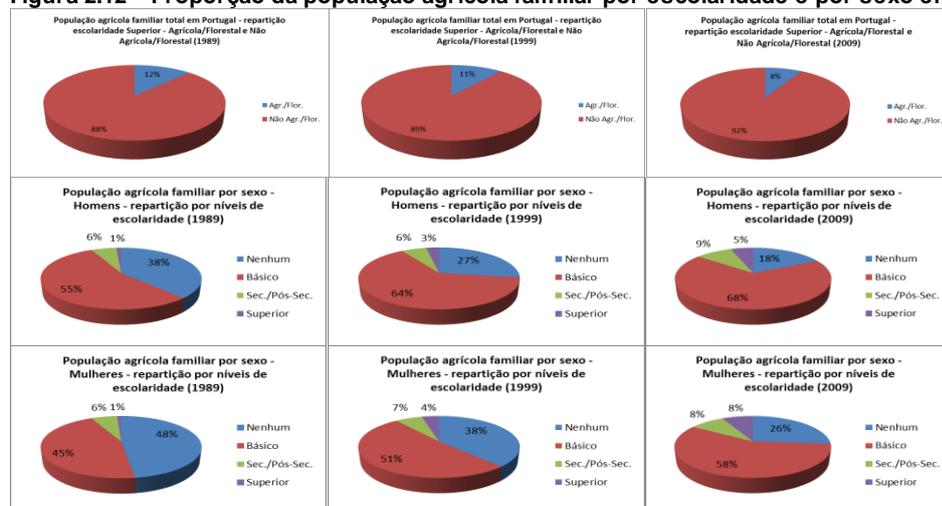
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 2.11 – Proporção da população agrícola familiar por níveis de escolaridade e por relação de parentesco em 1989, 1999 e 2009:



Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 2.12 – Proporção da população agrícola familiar por escolaridade e por sexo em 1989, 1999 e 2009:



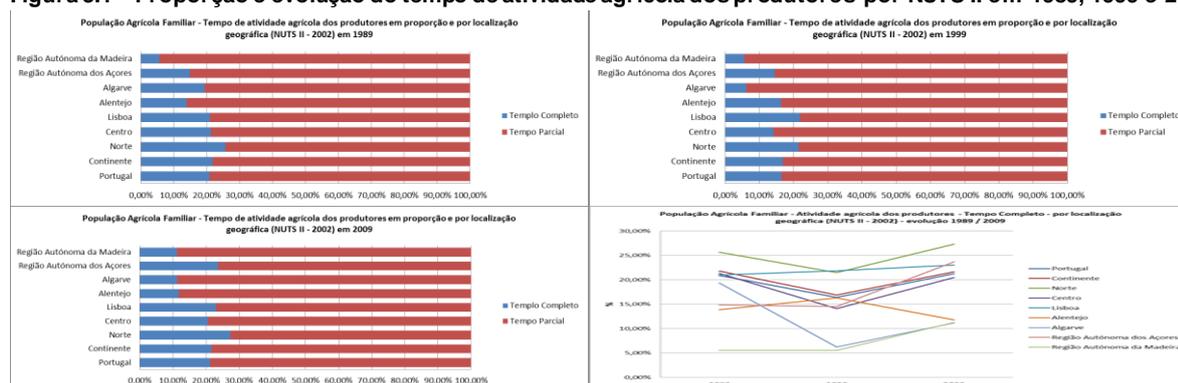
Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 1989, 1999 e 2009

Figura 2.13 – Evolução e proporção da formação agrícola em horas do produtor e por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:



Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009

Figura 3.1 – Proporção e evolução do tempo de atividade agrícola dos produtores por NUTS II em 1989, 1999 e 2009:



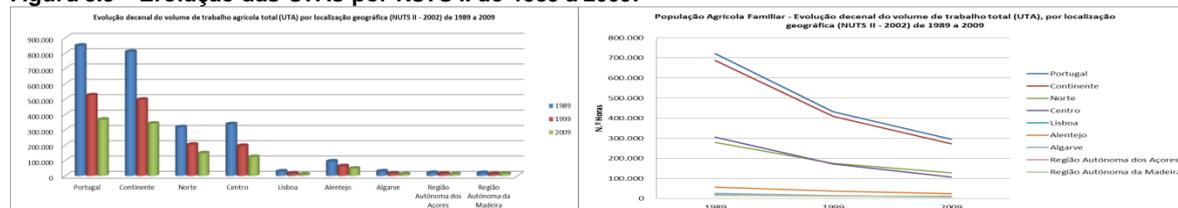
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 3.2 – Proporção das UTAs por mão de obra agrícola familiar e não familiar em 1989, 1999 e 2009:



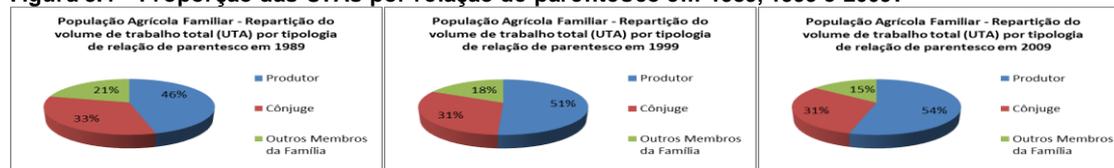
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 3.3 – Evolução das UTAs por NUTS II de 1989 a 2009:



Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 3.4 – Proporção das UTAs por relação de parentesco em 1989, 1999 e 2009:



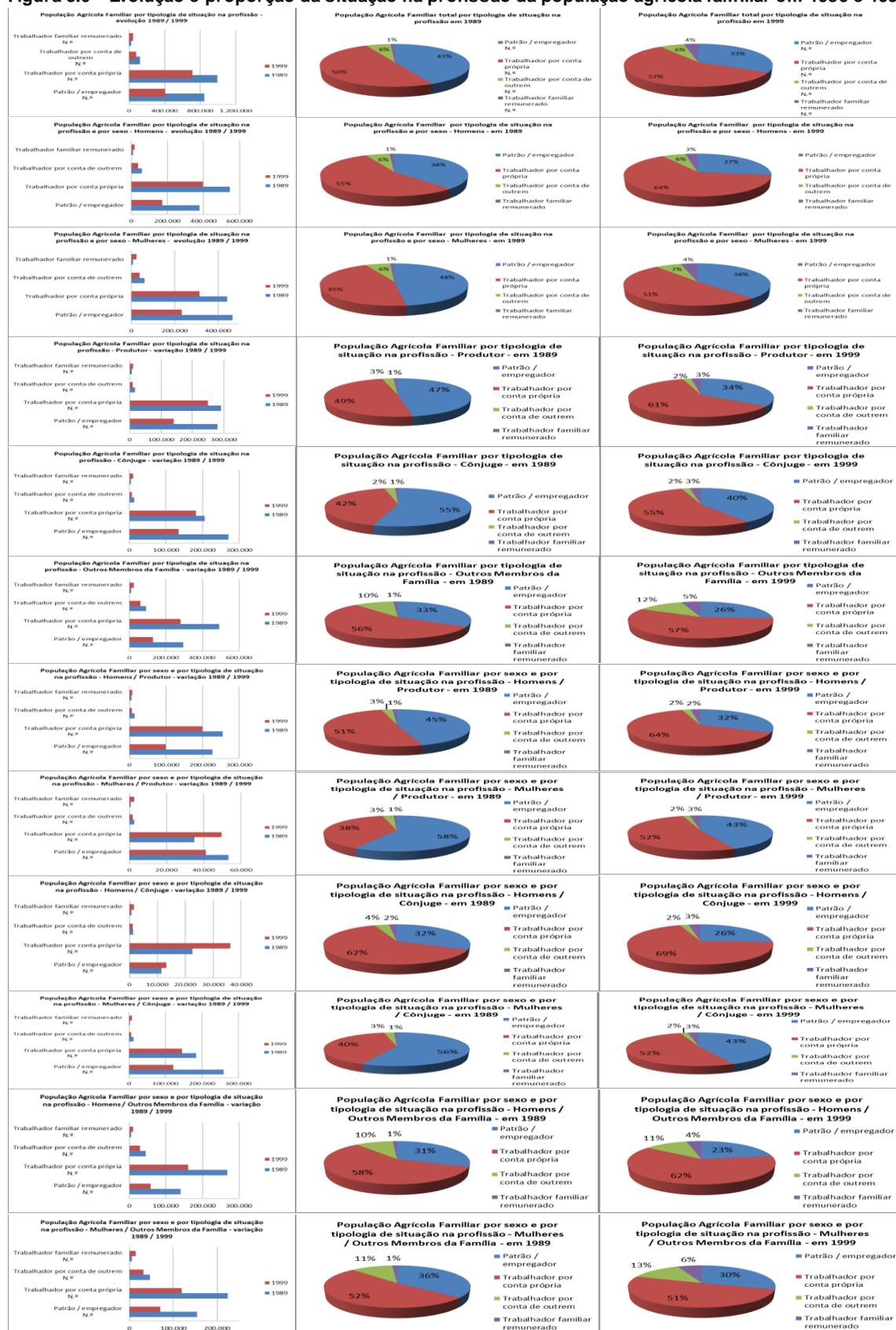
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 3.5 – Proporção da população agrícola familiar com atividades remuneradas exteriores à exploração em 1989, 1999 e 2009:



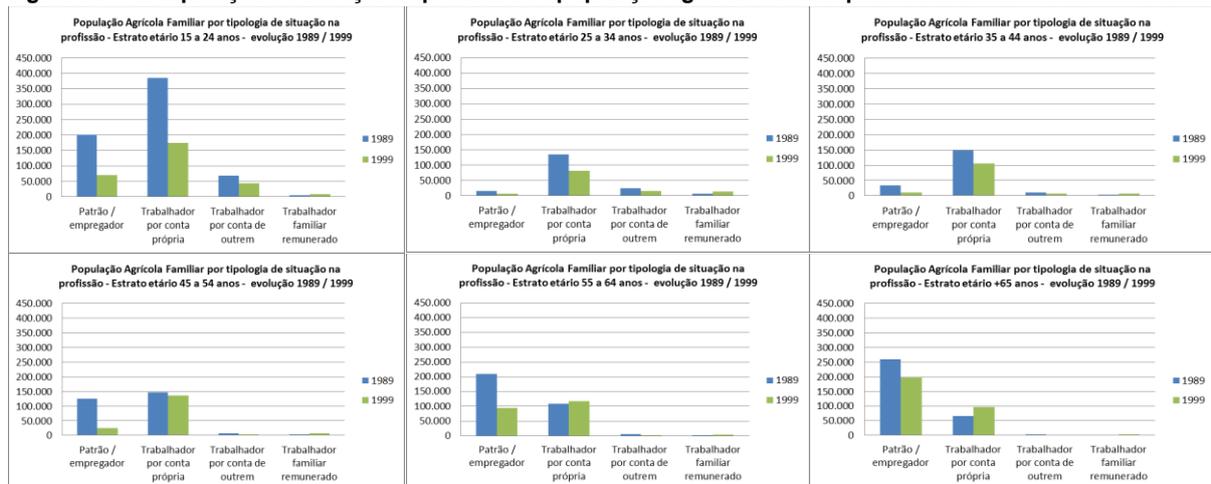
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009

Figura 3.6 – Evolução e proporção da situação na profissão da população agrícola familiar em 1989 e 1999:



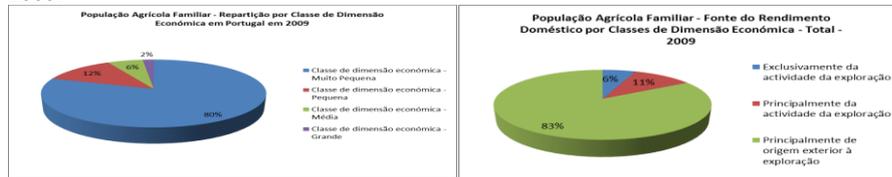
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999

Figura 3.7 - Comparação da situação na profissão da população agrícola familiar por estrato etário em 1989 e 1999:



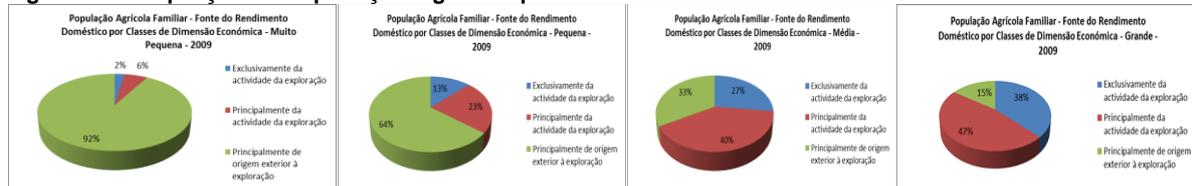
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999

Figura 3.8 – Proporção geral das explorações agrícolas por classe de dimensão económica e fonte de rendimento em 2009:



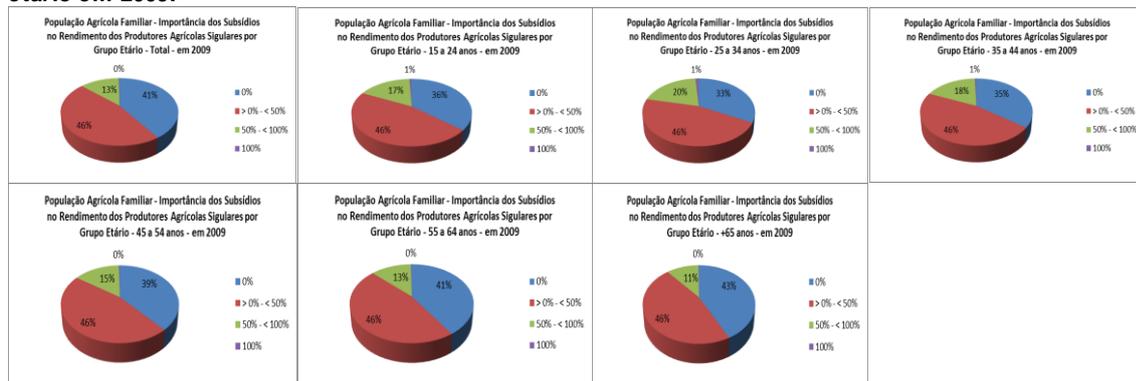
Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009

Figura 3.9 - Proporção das explorações agrícolas por classe de dimensão económica e fonte de rendimento em 2009:



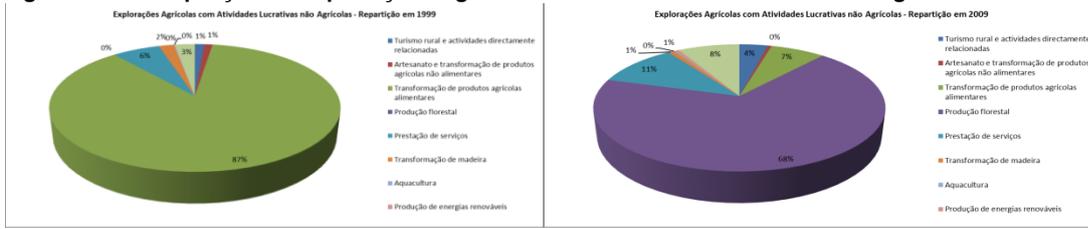
Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009

Figura 3.10 – Proporção da importância dos subsídios no rendimento dos produtores agrícolas singulares por grupo etário em 2009:



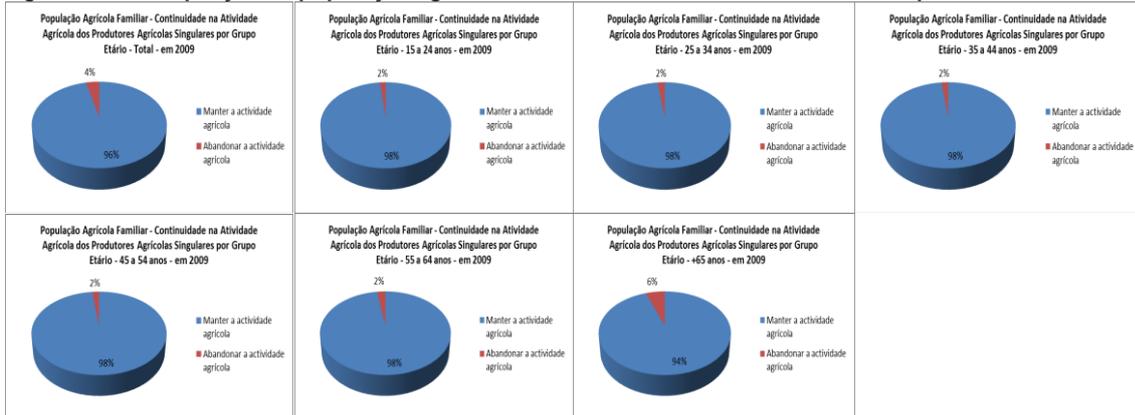
Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009

Figura 3.11 – Proporção de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 1999 e 2009:



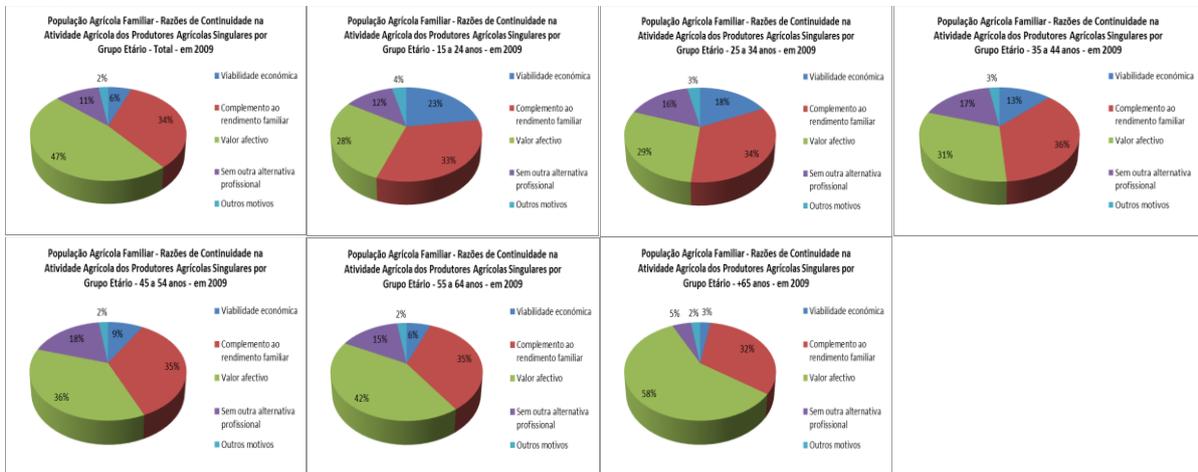
Fonte: INE – Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009

Figura 3.12 – Proporção da população agrícola familiar na continuidade na atividade por estrato etário em 2009:



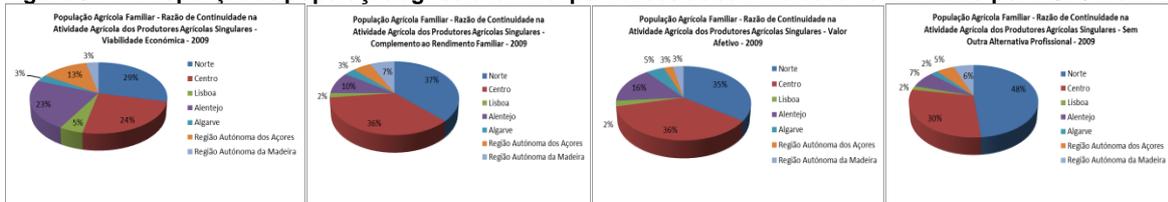
Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009

Figura 3.13 - Proporção da população agrícola familiar por razões de continuidade na atividade por estrato etário em 2009:



Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009

Figura 3.14 - Proporção da população agrícola familiar por razões de continuidade na atividade por NUTS II em 2009:



Fonte: INE – Recenseamento Agrícola 2009

Curriculum Vitae

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Rosário Garcia Gomes
ESTADO CIVIL: Casada, 1 filho
DATA DE NASCIMENTO: 20 Outubro, 1964
NACIONALIDADE: Portuguesa
MORADA: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, 59
Porto Alto
2135-124 Samora Correia
Portugal
N.º TELEFONE: 263 652 000
Nº TELEMÓVEL: 92 548 16 14
CONTACTO EMAIL: rgarciagomes @yahoo.com

FORMAÇÃO ESCOLAR / OUTROS CONHECIMENTOS

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA:

1983 - 1988 Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em Lisboa.

Pós-graduação em Ciências do Trabalho e Relações Laborais na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, em Lisboa.

Preparação de dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências do Trabalho e Relações Laborais na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, em Lisboa.

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS:

Inglês: Fluente, falado e escrito

Francês: Regular, falado e escrito.

Espanhol e Italiano: Compreensão e leitura

SISTEMAS INFORMÁTICOS:

Microsoft Windows (Excel, Word, Outlook, Power Point)

ERP Primavera Software

ERP JDEdwards

ERP Microsoft Dynamics NAV

ERP SAP R/3

SUMÁRIO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Auditora; Técnica Oficial de Contas; *Controller* Financeira; Consultora; EMEA SSC *Accounting Manager*; EMEA *Project Manager* - Implementação SAP R/3; Diretora Administrativa e Financeira; Coordenadora do Centro de Serviços Partilhados de Finanças e Recursos Humanos para a Administração Pública.

ACTIVIDADES PROFISSIONAIS

Outubro 2012 à atualidade Coordenadora do Centro de Serviços Partilhados de Finanças e Recursos Humanos da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), entidade tutelada pelo Ministério das Finanças, liderando uma equipa de 54 pessoas com cobertura das seguintes áreas de negócio: Ciclo da Despesa, Ciclo da Receita e Contabilidade Patrimonial.

Dezembro 2009 a set 2012 Diretora Administrativa e Financeira para a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GeRAP), empresa tutelada pelo Ministério das Finanças, liderando uma equipa de 8 pessoas, com cobertura das seguintes áreas:

- Apoio ao Conselho de Administração
- Contabilidade (geral e analítica) e fecho de contas mensal em SNC;

- Preparação de Planos e Relatórios para a Tutela do Ministério das Finanças e outros organismos.
- Planeamento e Controlo de Gestão (orçamentos de custos e vendas);
- Gestão do ciclo de venda (da elaboração do contrato à cobrança da fatura);
- Apoio jurídico.
- Gestão de Recursos Humanos, incluindo o processamento salarial.
- Infraestrutura tecnológica e logística.

Fevereiro 2009 a Nov.2009 Chefe de Projeto de implementação de um novo sistema informático financeiro a nível mundial para a LEXMARK International (SAP, General Ledger, fase EMEA).

Desenvolvimento de Processos e Procedimentos Globais mundiais a implementar com o novo sistema informático.

Outubro 2006 a Jan. 2009 Chefe de Contabilidade Europeia de um grupo de 25 organizações da LEXMARK International Technology da EMEA com liderança de uma equipa de 7 pessoas.

- Fecho de contas USGAAP;
- Fecho de contas estatutárias;
- Auditoria USGAAP e estatutária;
- Controlos SOX e apoio a auditoria interna;
- Apoio fiscal (VAT, income tax)
- Análise Contabilística Europeia e apoio à equipa de consolidação de contas em Lexington, EUA.

- Janeiro 2000 a Set. 2006** Diretora Administrativa e Financeira da Lexmark Portugal liderando um grupo de 4 pessoas, com cobertura das seguintes áreas:
- Fecho de Contas USGAAP e Estatutárias e preparação de impostos;
 - Planeamento e Controlo de Gestão (orçamentos de custos e vendas);
 - Gestão do ciclo de venda (da encomenda à cobrança);
 - Coordenação do apoio legal.
 - Gestão de Recursos Humanos da subsidiária.
 - Assessoria ao Diretor Geral da subsidiária.
- Julho 1996 a Dez. 2000** Técnica Oficial de Contas e Consultora, em empresa própria, com uma carteira de clientes de PME.
- Fevereiro 1990 a Jun. 1996** Diretora Administrativa e Financeira da UNISOFT Portugal e *Controller* Financeira do departamento de Sistemas de Informação da UNISYS Portugal, liderando uma equipa de 5 pessoas.
- Agosto 1989 a Fev. 1990** Diretora Financeira Adjunta da Agência LUSA de Informação, liderando uma equipa de 5 pessoas.
- Setembro 1988 a Jul. 1989** Auditora na KPMG - Peat Mackintosh
- Auditora na A. J. Mackintosh & Associados.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Fevereiro 2011** Curso em Encerramento de Contas – Aspetos Contabilísticos e Fiscais, Lisboa - OTOC
- Janeiro 2011** Curso em Código Contributivo, Lisboa - OTOC

Novembro 2010	Curso em Código da Contratação Pública, Lisboa - OTOC
	Curso em SNC – Preparação das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, Lisboa - OTOC
Outubro 2010	Curso em Mais e Menos Valias em IRS e IRC, Lisboa - OTOC
	Curso em SNC – Demonstrações Financeiras (NCRF 1, 2, 4, 5 e 24), Lisboa - OTOC
Setembro 2010	Curso em Código do Trabalho, Lisboa - OTOC
Abril 2010	Curso NCRF 21 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Lisboa - OTOC
	Análise de Balanços e Estudos de Indicadores Económicos, com base nos Modelos SNC, Lisboa - OTOC
Dezembro 2009	Curso SNC – Adoção pela primeira vez das NCRF, Lisboa - OTOC
Nov – Dez. 2008	Curso de Formação Contabilidade Pública, Lisboa - CTOC
	Curso de Formação em Consolidação de Contas, Lisboa - CTOC
Junho 2008	Seminário Nova Realidade, Genebra - Lexmark
Mai 2008	Curso de Formação Análise Financeira, Lisboa -CTOC
Março 2008	Yellow Belt - Lean Processes & Six Sigma, Genebra - Lexmark
Setembro 2006	Gestão do Tempo, Lisboa - TMI

Outubro 2004	Gestão de Conflitos, Lisboa – Tracy
Setembro 2004	Liderança de Forças de Vendas, Lisboa – Tracy
Junho 2004	Eficiência Pessoal, Lisboa – Tracy
Mai 2004	Liderança Situacional II – Desenvolvimento de Competências, Lisboa – Blanchard / Tracy)
Fevereiro 2003	Essential People Management Skills, Londres – Lexmark / Roffey Park
Fevereiro 2002	Role Model Leadership, Orléans - Lexmark
Novembro 1996	Análise de Impostos, Lisboa – CTOC
Novembro 1995	Seminário Leadership and Coaching - Complete Brain Management, Lisboa - Iberconsult
Setembro 1994	Information Services Project Accounting Ledger, Londres – Unisys / Milton Keynes
Novembro 1988	Auditoria Internacional II, Lisboa – KPMG
Outubro 1988	Auditoria Bancária, Lisboa – KPMG
Setembro 1988	Auditoria e Contabilidade Internacional, Lisboa – KPMG

ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS

Dezembro 1997	Técnica Oficial de Contas e membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contabilidade.
----------------------	---

ACTIVIDADES DE LAZER

Leitura, cinema, música, convívio familiar, turismo, jardinagem.